

IICA
PRRET-
A4/CL-
95-01

Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano

SÉRIE DOCUMENTOS TEMÁTICOS

PROCODER



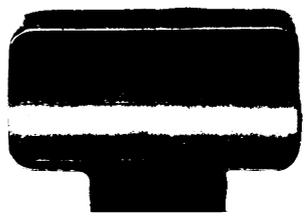
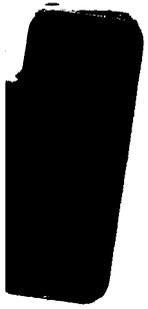
EMATER-RS

IICA



encantado RS • brasil

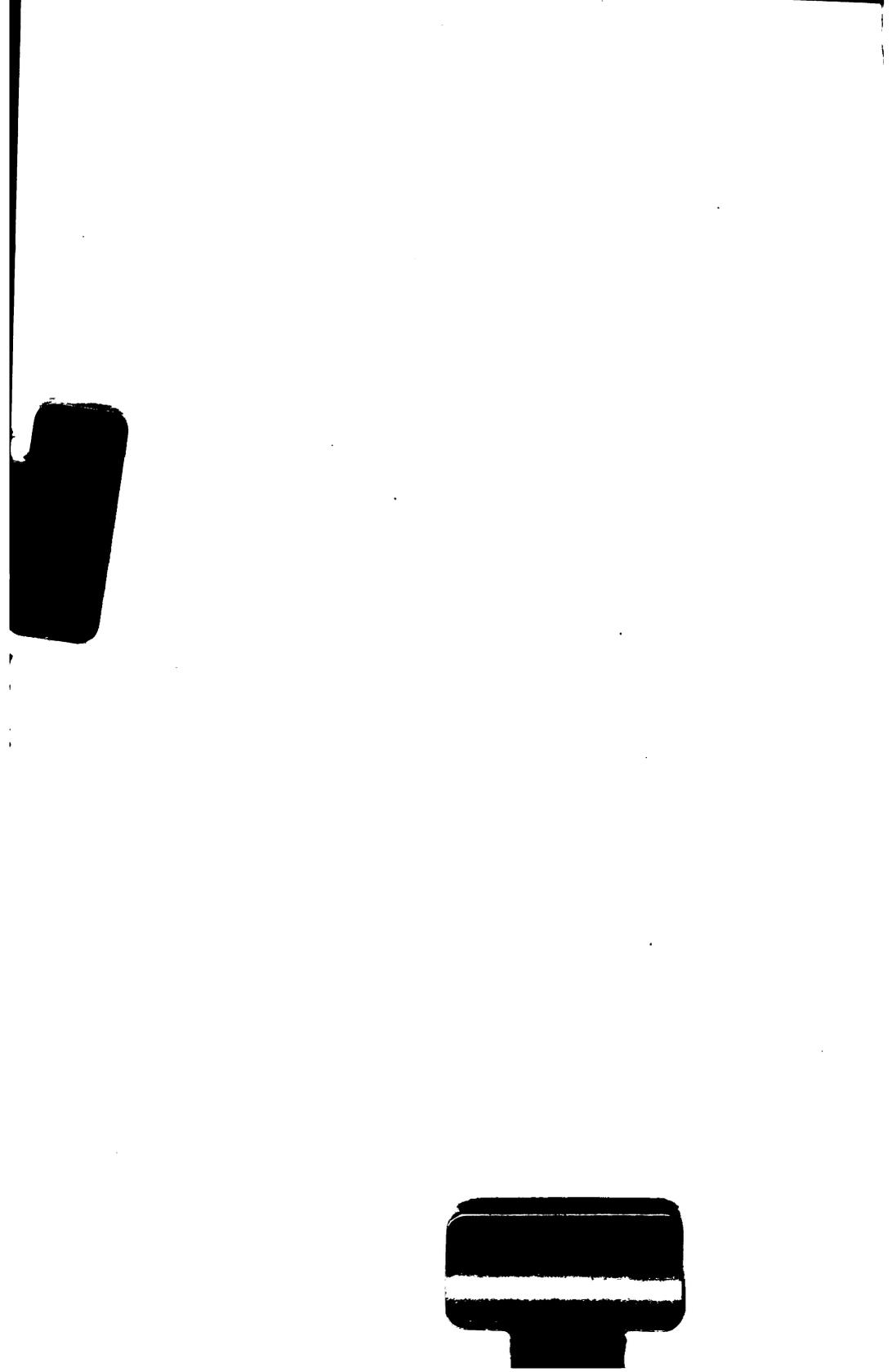
junho 1994



IICA-CIDIA

Centro Interamericano de
Documentación e
Información Agrícola
2 - 1 / 1995
IICA — CIDIA

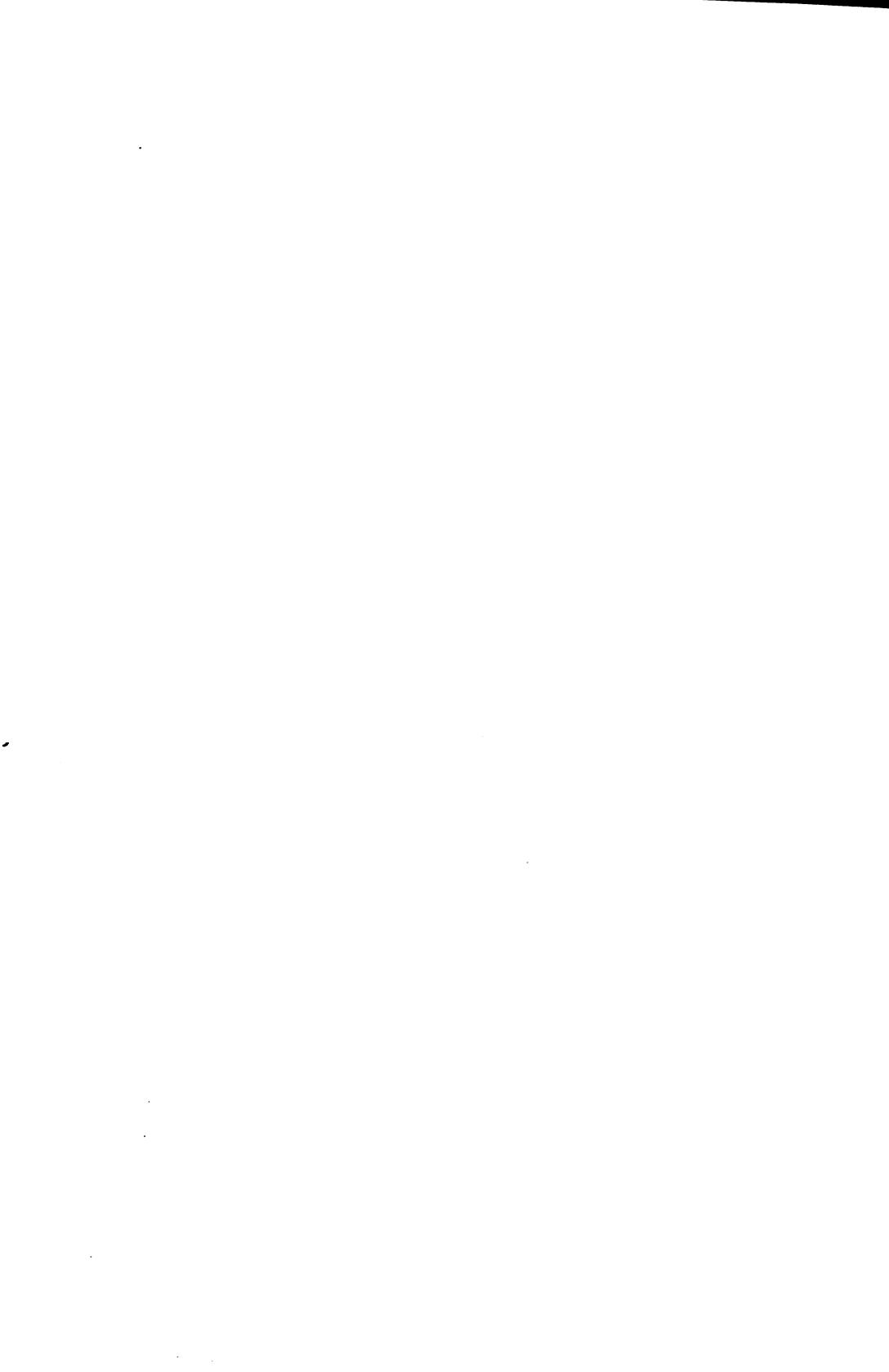
IICA
BIBLIOTECA VENEZOLANA
29 NOV. 2007
CARACAS

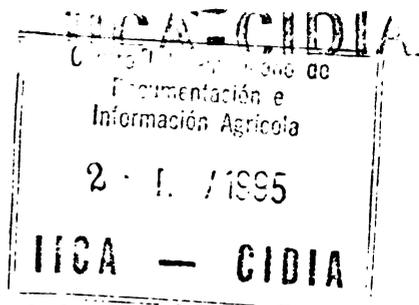


IICA-CIDIA

Centro Interamericano de
Documentación e
Información Agrícola
2 - 1. / 1995
IICA — CIDIA

IICA
BIBLIOTECA VENEZOLANA
20 NOV. 2007
LIBRERIA





Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano

Memoriado Seminario - Oficina

**ORGANIZADO PELO PROCODER - IICA E EMATER/RS
COM O APOIO DO FORO JUVENIL**

COMPILADORES • DORACI TAVARES E NELSON LEMOS

1107
02267
IICA
95-01
00002288

**Programa Cooperativo de Desarrollo Rural para los Países del Area Sur
PROCODER**

**Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura
IICA**

**Las ideas y planteamientos contenidos en este documento
son propios del autor y no representan necesariamente el criterio del
PROCODER ni del IICA.**

**IICA
CL 01 1995**

BV8553

**Tavares, Doraci; y Nelson, Lemos (Compiladores)
Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano.
Santiago de Chile: PROCODER - EMATER - IICA, 1995.**

**56 p. (IICA: Serie Ponencias, Resultados y Recomendaciones de
Eventos Técnicos de Chile. N° 01)**

- | | |
|-------------------------------------|--|
| 1. Juventud Rural | 2. Participación de la Juventud |
| 3. Financiamiento Productivo | 4. Sistema Educativo |
| 5. Organizaciones Juveniles | 1. Servicios para la Producción |

**Serie de Ponencias, Resultados y Recomendaciones
de Eventos Tecnicos
ISSN - 0253-4746
A4 / CL -95-01**

**Inscripción N° 92.742
ISBN 956 - 212 - 001 - 5**

**Diseño y Diagramación: María Luisa Jaramillo
Impresiones y Reproducciones José Ramirez - 286 69 54**

**Santiago, Chile
Primera Edición • Marzo de 1995**

<i>Apresentação</i>	7
I. Antecedentes	9
II. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa	13
III. Antecedentes por País	17
IV. Síntese de Políticas Institucionais de Programas de Juventude Rural dos Países do Cone Sul	25
V. Experiências dos Demais Países Participantes do Seminário	43
VI. Recomendações e Conclusões do Seminário/Oficina Juventude e Desenvolvimento Rural	49
<i>Anexo 1: Lista de Participantes</i>	53

APRESENTAÇÃO

O Comitê Assessor do Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural para os Países do Cone Sul, PROCODER, introduziu o tema de juventude rural no seu programa de trabalho de 1994. Esta decisão abriu a oportunidade de incursionar num tema de grande transcendência que, apesar dos esforços que se está realizando, ainda não obtém a atenção, a dedicação e a importância relativa entre as instituições que têm responsabilidade na execução de programas e projetos de desenvolvimento rural nos países do Cone Sul.

Trata-se de envolver uma população objetivo que supera os 8 milhões de jovens entre 10 e 24 anos de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que de muitas maneiras está envolvida com a vida e a produção rural e, especialmente, de uma população da qual inexoravelmente sairá a substituição das gerações que hoje estão dedicadas diretamente a produzir os bens e serviços agropecuários. O potencial para transformar o setor através daqueles que estão perto de assumir a responsabilidade das decisões é imenso. Por isso é paradoxal que não se dê uma concentração de esforços humanos e de recursos em torno da preparação dos jovens rurais para assumir a produção, os serviços e a dinâmica do setor e, ao mesmo tempo, conseguir uma transição fluida daqueles que regularmente seguirão a tendência mundial de ter um setor rural altamente produtivo com uma baixa proporção diretamente envolvida na produção primária.

No afã de conhecer as experiências de ações com jovens rurais que são mais relevantes, o PROCODER e o Foro Juvenil do Uruguai planejaram a realização de um seminário/taller sobre o tema da juventude e desenvolvimento rural.

Felizmente, a EMATER/RS, uma das instituições que desenvolve programas com os jovens rurais no Brasil, aceitou realizar este encontro em suas instalações do município de Encantado, no Rio Grande do Sul. Esta união de despesas nos permitiu realizar um evento dirigido a comparar marcos conceituais, políticos, programas e resultados de algumas ações institucionais dirigidas à juventude rural, com o fim de formular um projeto que permita reforçar a tarefa das instituições dirigidas à juventude rural, com o fim de formular um projeto que permita reforçar a tarefa das instituições nesta área temática, buscando aplicações

específicas de experiências consolidadas ou propostas de inovação tendentes a melhorar a inserção dos jovens rurais na produção agrícola ou no mercado de trabalho rural.

Tanto as instituições que compõem o PROCODER e que realizam trabalhos com jovens rurais, como um número de representantes de instituições convidadas dos países da área e, de outros da América Latina e de Portugal fizeram apresentações, trocaram suas experiências e trabalharam conjuntamente na preparação de uma proposta que sirva para angariar meios que reforcem as atividades que se estão desenvolvendo. Este documento editado por Doraci Tavares do Programa de Juventude Rural da EMATER/RS e Nelson Lemos do Foro Juvenil do Uruguai contém uma seleção das colocações apresentadas, das discussões realizadas e das conclusões e recomendações finais.

Sem dúvida, o material reunido neste documento tem uma rica informação do tipo conceitual e empírica que merece uma leitura judiciosa e uma reflexão pausada. O tema, as experiências, os esforços e a necessidade de atuar no curto prazo assim o requerem. Estrategicamente, este compêndio de experiências oferece a oportunidade de introduzir o tema nos níveis de planejamento que as instituições públicas e privadas mantêm para orientar sua ação. Neste mesmo sentido, este material oferece a possibilidade de conhecer diversos enfoques de trabalho que constituem um terreno fértil para realizar alianças estratégicas, as organizações não governamentais e as próprias organizações que têm experiências e objetivos a compartilhar e complementar.

GERMÁN ESCOBAR
Coordinador PROCODER

I. ANTECEDENTES

A marcada importancia da juventude rural em qualquer plão de trabalho agrícola com prospeção no futuro, levó ao Comité Assessor de PROCODER a pronunciarse em favor da incorporação deste tema nas atividades de trabalho para 1994. Se trata de oferecer um espaço de intercambio de experiencias e conhecimentos entre as instituições associadas ao Programa, procurando comparações, sincronias y complementações com o fim de reforzar os esforços que um bom número de instituições vien realizando com o fim de oferecer alternativas atractivas aos jovens rurais.

Ninguém duvida sobre a necessidade de trabalhar com as gerações de relevo, incorporando-as a ações que pretendem impulsar el proceso de desenvolvimento socioeconómico das areas relativamente deprimidas. Para el ano 2000, estima-se que entre um 46,7% e um 54,1% da força laboral da população rural dos países do Cono Sur terá entre 15 e 24 anos. Este porcentagem da população tem a pesada responsabilidade de alimentar-se asi mesma e ao 78% da população que habitará em areas urbanas, asi como de producir exedentes transables, em os que se basam as economias da maioria dos países da region.

Sim embargo, existem varias discrepancias de fundo e de forma em a conceptualización, a intensidad, a operacionalidad e ênfasis institucional nos programas de trabalho com a juventude rural. Mais devido a la coincidencia sobre la importancia destes programas com jovens rurais, é que requiere-se establecer um foro de discusión e intercambio de conocimientos e ideas innovativas para fortalecer os programas em esta materia.

Felizmente, agora se a iniciado el camino del intercambio e de compartir experiencias. El Encuentro de Jovens Rurais del Cono Sur e Europa realizado em 1992, el Seminario-Curso Juventude Rural, Inserção Productiva e Modelo de Cooperación realizado em 1993, som dois exemplos de acercamientos dos jovens rurais organizados e de êles com entidades públicas, ONGs e organismos internacionales que de uma ou otra forma comparten objetivos comunes. El evento que convoca as instituições do PROCODER para intercambiar experiencias neste tema não so se nutre dos anteriores esforços, sino que representa um esfuerzo insubstituível nesta tarefa.

Ou objetivo deste seminário é comparar marcos conceituais, políticas, programas e resultados de algumas ações institucionais dirigidas a juventude rural, com o fim de formular um projeto que permita reforçar a tarefa das instituições nesta área, buscando aplicações específicas de experiências consolidadas, propostas renovadoras como tendência a melhorar a inserção dos jovens rurais à produção agrícola de ao mercado laboral rural.

Seus objetivos específicos são:

- a. Trocar conhecimentos básicos e experiências do campo em relação aos programas de juventude rural que estão realizando as instituições de PROCODER.
- b. Conhecer e analisar o marco conceitual operativo e as experiências das outras instituições públicas e privadas em matéria de programas da juventude rural em alguns países fora da área geográfica de PROCODER.
- c. Realizar um encontro para formular recomendações a ser apresentadas em projetos que, baseados no enfoque investigação/desenvolvimento, vem reforçar os atuais programas para a juventude rural que adiantam as instituições de PROCODER.
- d. Formular um projeto para se apresentado a doadores externos, como objetivo de empreender ações de investigação/ação que gera um fluxo de informação direcionada as instituições que realizam programas de juventude rural no âmbito de PROCODER.

Organização do Seminário

A convocação para o Seminário/Oficina foi feita pela Coordenação do PROCODER a instituições associadas, e convite extensivo a entidades das Américas do Sul e Central e Portugal.

Participaram 30 técnicos e 2 jovens, representando instituições públicas e privadas, das áreas de cooperação, representatividade, associativismo, assistência técnica e extensão rural, de 7 países americanos das regiões sul e centro, relacionadas a seguir: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.

Representando a comunidade europeia, Portugal.

Abertura

O ato de abertura do Seminário/Oficina teve como local o Escritório Central da EMATER/RS, a cargo do Diretor Administrativo da entidade anfitriã, Dr. Cezar Henrique Ferreira e do Coordenador do PROCODER, Dr. Germán Escobar.

Ambos enfatizaram a importância do evento desta natureza, proporcionando abertura para troca de experiências, conhecimento de realidades, aproximação, encaminhamentos e ações de cooperação entre as nações.

Após todos os delegados dos países participantes deslocaram-se para o Centro de Treinamentos da EMATER/RS, no município de Encantado, onde se desenvolveram as atividades temáticas.

Metodologia de Trabalho

Sob a orientação do Dr. Germán Escobar, foram apresentadas experiências dos Programas de Juventude Rural, pelas instituições representadas, seguidas de discussões esclarecedoras.

Como forma de percepção da realidade de vida de jovens locais, foi organizado um Dia de Campo, no município de Agudo/RS.

Após estas atividades, 3 grupos de trabalho elaboraram as Recomendações e Conclusões Finais, bem como a Proposta do Projeto Alternativo de Inserção de Jovens Rurais em Atividades Produtivas, que foram debatidas e aprovadas pelos participantes.

II. JUVENTUDE RURAL, MODERNIDADE E DEMOCRACIA: DESAFIO PARA OS NOVENTA

John Durston, Antropólogo
CEPAL/Chile

A juventude rural é particularmente pouco conhecida e pouco atendida pelas políticas públicas na região, e falta, inclusive, elaborar marcos de análise e orientações básicas de política social para a juventude latino-americana. Para aproximar-se desta tarefa, parece útil formular quatro grandes perguntas iniciais:

Por que ocupar-se de juventude rural latino-americana neste momento?

Em primeiro lugar, porque os avanços analíticos realizados por diversas instituições (particularmente o IICA), e as experiências práticas a nível nacional constituem uma massa crítica de conhecimento sobre a juventude rural que agora deve ser sistematizada comparativamente e aproveitada para chegar a algumas orientações regionais práticas para a ação futura. Em segundo lugar, houve avanços na formulação de políticas da juventude rural latino-americana em geral, que devem ser aproveitados no campo da juventude rural em específico. Finalmente, este é um momento crítico porque há um consenso de que estão começando uma série de transformações nas economias da região que podem ser excepcionalmente profundas em seus impactos na agricultura e na sociedade rural e sobre as quais o estado tem certo espaço de manobra e de ação que lhe permitiria fazer grande diferença nos impactos sociais destas transformações.

Por que falar em Modernidade e Democracia neste contexto?

É muito importante ter claro também que a modernidade não se limita a modernização técnica econômica e de maior eficiência e de maior eficácia administrativa. A modernidade se distingue da modernidade técnica e produtiva: existe principalmente no campo da cultura, de conhecimento avançado e dos valores. A modernidade significa a crescente valorização em amplos meios sociais da cultura camponesa, o crescente reconhecimento da compatibilidade entre a possibilidade de enriquecimento mútuo e sinérgico de valores e conhecimentos locais tradicionais e a cultura e o conhecimento universal. A democracia é também um elemento central de modernidade em expansão, mas também é evidente que este tampouco tem permeado onde vive a juventude rural. Esta ausência é grave, mas podemos perguntar-nos simplesmente como ponto de partida se não está vivendo hoje uma época especial no campo, em que esta

juventude de agora pode ser a geração que rompa o círculo vicioso de exclusão e ausência de atores sociais populares no campo.

Por que uma estratégia integral de desenvolvimento rural requer uma política de juventude rural?

Descarta-se a ordenação das políticas por setores de serviços sociais e econômicos, como parece iniludível nos consensos sobre a reforma do estado, um enfoque integrado necessita oferecer algum outro concerto ordenador. As fases do ciclo de vida das pessoas - a infância e meninice, a juventude, a fase adulta plena e a terceira idade permitem ordenar as políticas sociais de uma maneira integral e centrada nas necessidades reais da sociedade rural. A etapa juvenil tem a criatividade peculiar de ser a última oportunidade importante para aumentar a equidade entre as pessoas, sendo a etapa em que se termina a educação formal (em diferentes níveis de consecução) e se inicia a inserção ocupacional. É chave também porque a adolescência é sempre um período de tremenda mudança psicológica de difícil e gradual aprendizagem de papéis adultos e por isso de grande incerteza e perigo de dano psicossocial. É uma das etapas vitais de maior risco, depois dos primeiros anos de vida. A juventude constitui, então, uma etapa especialmente relevante para a concreção deste enfoque integral baseado nas fases da vida, porque se necessita apoio e orientação frente às aprendizagens e mudanças e proteção frente aos riscos. Evidentemente, para a maioria dos jovens e das jovens rurais, o apoio, a orientação e a proteção que recebem da sociedade são deficientes em extremo. Esta juventude rural de agora, em particular, e dos anos noventa na América Latina, vive um momento crítico nas mudanças ao seu redor, que tem poucos paralelos no passado ou em outros setores da sociedade atual. Esta juventude é a corte que terá que protagonizar logo as transformações já iniciadas, que continuarão durante a próxima década e que definirão as condições de existência de várias futuras gerações rurais.

Como é a juventude da América Latina?

É necessário ordenar nosso débil e fragmentário conhecimento sobre a juventude rural, para estabelecer os tipos de informação que serão requeridos por uma eventual definição duma política pública dirigida a este setor.

- Um primeiro ponto a aclarar é a existência mesma de uma juventude rural. Questiona-se sua existência na literatura sociológica latino-americana, pelo fato de as exigências da vida agrícola e a pobreza obrigarem a maioria da população rural a assumir responsabilidades adultas muito cedo, inclusive a partir da meninice. Não há dúvida de que a maioria dos jovens e das jovens rurais não despertam de uma moratória para assumirem papéis adultos produtivos. Mas a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como

urbanas. Toma-se como ponto de partida da fase juvenil o fato biológico universal da puberdade, pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo.

Para a maioria da população rural da região, a juventude é etapa de transições bloqueadas, obstaculizadas, não adequadamente apoiadas pela sociedade.

- Um segundo ponto é a importância de não pensar nos jovens rurais como se todos fossem camponeses. A metade ou mais dos jovens rurais que trabalham na agricultura o fazem principalmente como assalariados (até 80% em alguns países) e entre 20 a 40% dos jovens rurais ativos nem sequer trabalham na agricultura, e sim numa ampla gama de outras ocupações que vão desde pedreiro até mestre escola. Mas também deve-se ter presente que muitos dos jovens que trabalham nestes âmbitos são membros de lares, famílias, comunidades e culturas campesinas.
- Um terceiro ponto é a necessidade de entender as visões juvenis do futuro. Os jovens rurais têm tanto um pensamento como uma ação estratégicos. Isto é relevante para a política social rural, cuja principal prioridade deveria ser simplesmente abrir-lhes oportunidades, dar-lhes opções para que possam decidir suas próprias opções dentro das estratégias mais apropriadas para seus casos individuais.
- Um quarto ponto é valorar o conhecimento e a capacitação existentes entre a juventude rural de hoje. Os jovens rurais de hoje têm conhecimentos e capacidades suficientes para se constituírem no principal motor de desenvolvimento rural no fim do século. O isolamento de transporte e comunicação se rompeu em grande parte das zonas rurais do continente. A educação primária completa tem sido conseguida por grande parte dos jovens rurais. Em alguns países, quase toda a geração nova tem as ferramentas mínimas para seguir incorporando conhecimento rapidamente, enquanto nos mais atrasados há pelo menos uma "massa crítica" capaz de receber a transferência de maior produtividade e cidadania para a nova geração.
- Finalmente, há que valorar os jovens rurais como atores sociais em potência. Os jovens rurais não têm muita organização formal que os possa aglutinar como atores sociais, partícipes de uma tomada de decisões políticas acerca do desenvolvimento rural. Mas se há redes informais de pares de jovens que se conhecem praticamente toda a vida e que são muitas vezes parentes, seus laços emocionais e suas famílias e suas localidades também trazem um grande potencial de protagonismo social entre os jovens rurais - se este é estimulado e apoiado. Dar-lhes um papel protagônico num desenvolvimento real da localidade pode ser a opção que muitos jovens necessitam para não emigrar. Deve-se tomar em conta que hoje por hoje a vida do campo é mais atrativa para os jovens do que para as jovens: a maior e mais prolongada

dedicação ao estudo entre as jovens rurais, por exemplo, parece dever-se em grande parte a um anelo de não repetir o destino de suas mães.

Em geral, as políticas de desenvolvimento rural não tomam em conta os jovens como um setor objetivo específico, ou os tomam como uma matéria-prima receptiva à transferência tecnológica, passiva, inerte a ser moldada pelas propostas dos planejadores. Não obstante, os jovens rurais latino-americanos têm, por um lado, um potencial enorme de contribuição para o desenvolvimento rural, e por outro, necessidades insatisfeitas e riscos de danos que requerem atenção do Estado ou de outros agentes de desenvolvimento para que possam chegar a fazer essa contribuição. O papel do Estado neste contexto não é de transferir serviços e recursos como donativos aos jovens rurais, e sim de facilitar, de dar opções, informação, e educação: ou seja, de criar as condições que permitam aos jovens desenvolver e implementar as estratégias que eles mesmos escolhem, aumentando suas possibilidades de êxito. Em particular onde aparecem paradoxos entre potencial e realidade, como é o caso dos jovens educados que não podem aplicar suas habilidades na produção, ou dos jovens que anelam contribuir para a tomada de iniciativas públicas locais mas carecem de espaços de participação, estes paradoxos constituem claras oportunidades para ações públicas como bons prognósticos. O que se deve evitar são campanhas enganosas dirigidas para convencer os jovens rurais a "arraigar-se" no campo sem garantias suficientes de que possam sair da pobreza ancestral na área rural. O essencial é criar as condições para que a opção de permanecer no campo se converta de uma condenação à que se resigna em um componente central de um projeto de vida atrativo, em que ele e a jovem rural possam satisfazer suas necessidades e anelos - como jovens agora, como adultos depois - mas também para que os que assim o preferirem possam optar por uma vida produtiva na cidade.

III. ANTECEDENTE POR PAÍS

Características Gerais

Existe um processo de institucionalização significativa e crescente ainda que insuficiente na esfera estatal. Esta contempla diversos atores como os Institutos Nacionais de Juventude no âmbito das políticas integrais e nacionais, as comissões especializadas a nível dos Ministérios respectivos, os governos municipais e provinciais para o desenvolvimento de políticas a nível local e zonal, e por último, os institutos técnicos no âmbito da extensão agrária. Uma boa parte das ações que surgem desde o âmbito governamental-estatal supõe uma permanente coordenação de esforços com as ONGs vinculadas aos jovens rurais.

Muitas vezes estas ONGs têm sido as demandantes de atuação e apoio, iniciando para que esta seja atendida desde o setor público. A heterogeneidade no campo não governamental é maior ainda que no campo público, e a categorização não é completa se bem que dê uma idéia das características e objetivos das mesmas. De acordo com esta classificação, existem basicamente quatro tipos de ONGs:

- Organizações Representativas de Jovens Rurais
- Programas Institucionais de Atendimento a Jovens Rurais (de agremiações e cooperativas)
- Programas e Projetos de Centros de Promoção e Investigação
- Instituições de Serviços para os Jovens do Meio Rural.

Indubitavelmente este tipo de categorização não esgota todo o rico e complexo universo de ONGs que trabalham com jovens rurais e camponeses e além disso é dificultoso, em muitos casos, identificar limites muito precisos para caracterizar a cada uma das ONGs a partir desta proposta. Em quase todas elas existem níveis de autogestão e de co-gestão por parte dos próprios jovens envolvidos.

O desenvolvimento destas experiências remonta em poucos casos ao princípio do símbolo, mas é principalmente a partir da década de 50 que começam a gerar-

se novos empreendimentos, associados aos desafios que implicavam em novas tecnologias e novos conceitos de desenvolvimento.

É destacável que novos atores começam a somar-se desde a década de 60-70 vinculados ao Cooperativismo Agrário. Deste modo, as cooperativas agrícolas que desenvolvem estratégias de caráter agroindustrial como base de desenvolvimento, associação de produtores, organizações campesinas, sindicatos de trabalhadores agrícolas e diversas ONGs da região começam a incluir a temática juvenil rural em seus programas de trabalho.

Em muitos casos, se identifica uma representação e/ou contribuição para os temas, e demandas dos jovens produtores ou filhos de produtores (pequenos, médios e grandes) e menor atenção à problemática dos filhos de assalariados rurais e jovens vinculados à agricultura familiar, com claras exceções em alguns países. Isto levou a que as ações e os objetivos respondam talvez adequadamente a estes setores de referência e não aos jovens assalariados e aos vinculados à agricultura familiar.

A heterogeneidade a que fazíamos referência também se manifesta na composição interna das organizações tendo em conta as idades dos integrantes, já que as organizações juvenis se compõem tanto de adolescentes, "jovens-jovens" como de "jovens-adultos". Esta realidade condiciona as metodologias, as dinâmicas ou as finalidades de cada instituição. Os interesses de cada "subsetor" têm suas particularidades e combiná-los no processo de desenvolvimento institucional nem sempre é fácil.

Outra característica é que praticamente as diferentes organizações juvenis não coordenam ações entre si, o que dificulta ainda mais sua presença pública.

Em geral se percebe a exclusão das mulheres através de diferentes mecanismos, temáticas das reuniões, tipo de atividade, etc. Esta é uma afirmação que não se pode generalizar, e sim assinalá-la como um fato evidente em termos de participação, é realmente baixa a percentagem de mulheres nas organizações juvenis rurais.

Em síntese, pode-se dizer que existe um espaço juvenil rural a nível não governamental mas que ainda aparece debilitado em vários aspectos e com graus baixos de articulação com o espaço estatal.

a) Argentina

O Instituto da Juventude da Argentina, com programas muito variados e de caráter nacional, apoiando e impulsionando junto a outras instituições governamentais e ONGs políticas de saúde, animação, capacitação, educação, emprego, etc. Na área rural, entre outras, vem coordenando ações junto às principais organizações juvenis rurais.

O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) leva avante e apoia atividades com jovens camponeses em diferentes projetos de desenvolvimento, realizando ações de assessoramento e assistência técnica em empreendimentos produtivos.

A nível de vários Governos Provinciais, vêm-se executando programas com jovens agrários, destacando-se as ações desenvolvidas nas províncias de Córdoba e Mendoza. Estas se centram em Programas de Inserção Produtiva, através de apoios a projetos produtivos e capacitação em gestão empresarial.

No âmbito não governamental, na Argentina, existem organizações importantes e com larga trajetória vinculadas ao setor do cooperativismo agrário, como são o Conselho Central de Juventudes da ACA, Federação de Centros Jovens Zona SANCOR, Juventude de UCAAL (UNJOCOOP). Estas organizações coordenam com a Mesa Especial da Confederação Intercooperativa Agropecuária (CONINAGRO).

Outras experiências vinculadas a Agremiações Agrárias de larga trajetória são o Ateneu Juvenil da Sociedade Rural da Argentina, a Juventude da Federação Agrária Argentina e Juventude de CARBAP.

Um espaço de coordenação da maioria destas organizações se dá por meio da Comissão Coordenadora Argentina para a Juventude Rural, com um acionar incipiente.

Também existem experiências vinculadas a Sindicatos e Federações de Trabalhadores Agrícolas.

Outro tipo de experiência se refere a projetos e ações de caráter zonal vinculados a Centros de Programação e Investigação.

b) Chile

O Instituto da Juventude do Chile de modo igual ao seu similar argentino desenvolve e apoia programas e ações junto a outros atores do âmbito público e privado vinculados aos jovens rurais.

Programa Jovem (PROJOVEN) contempla entre seus principais grupos destinatários Jovens Rurais, operacionalizando-se as ações em coordenação com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP) como instituto especializado.

Os Departamentos Regionais de Juventude e Centros Municipais de Juventude completam a rede de instituições públicas que desenvolvem programas e ações de caráter local com jovens camponeses, em coordenação com o INDAP e o Instituto da Juventude, como projetos próprios.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDAP) do Ministério da Agricultura tem um Setor de Juventude Rural a partir do qual instrumenta ações com jovens camponeses em acordo com diferentes instituições estatais e não governamentais, em áreas como "Inserção Produtiva", "Capacitação Empresarial", e "Apoio a Organizações Juvenis".

No Chile existem diferentes experiências no âmbito não governamental vinculadas aos principais Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Federações de Produtores e de Camponeses, desenvolvendo programas e ações de grande importância, como os Departamentos de Juventude da Confederação Nacional Campesina, da Confederação Nacional e Indígena do Chile "Nehuen", da Confederação "O Sulco", da Confederação "União Campesina" e da Confederação Nacional "A Voz do Campo". Recentemente (novembro de 1993) foi criada a CONOJUR (Coordenadora Nacional de Organizações Juvenis Rurais), que nucleia todos os departamentos de juventude das organizações camponesas mencionadas. Também é significativo o esforço a partir do Conselho Nacional de Juventude Rural para coordenar as diferentes organizações e oferecer-lhes um espaço de articulação e de apoio de todo o movimento juvenil organizado.

A nível de Igreja e principalmente da católica, desenvolveram-se experiências muito significativas, atualmente existem grupos e programas no marco das diferentes pastorais vinculados tanto ao juvenil como ao rural. A rica experiência chilena de ONGs também apresenta um importante desenvolvimento no tema, sendo muito do que existe hoje organizado, fruto do seu apoio sustentado, experiência desenvolvida entre outros pelo GIA, INPROA, IER e JUNDEP.

c) Paraguai

O recentemente criado Conselho Nacional de Juventude vem definindo e instrumentalizando um conjunto de políticas, programas e projetos que incluem os jovens camponeses entre seus principais grupos objetivos e tomam em conta a coordenação com as ONGs que trabalham no tema.

O Comitê de Crédito de Reabilitação, dependente do Ministério da Agricultura, tem dentro de seus grupos de beneficiários jovens camponeses minifundistas ou sem terra, desenvolvendo um trabalho de promoção e assistência técnica e creditícia.

No Paraguai, o mais tradicional e talvez o mais abrangente no âmbito não governamental tem estado à Igreja Católica, sendo a Pastoral Juvenil um importante nucleamento juvenil camponês e permanente promotor de organização dos mesmos. É destacável a ação da Fundação 4C que em fins dos anos 80 chegou a contar com 240 clubes, mas que na atualidade vem reduzindo sua atividade à mínima expressão por falta de recursos.

Um conjunto de ONGs especializadas, umas em capacitação, outras em promoção e ainda outras em pesquisa como CECTEC, GCS, BASE-ECTA, BASE-IS etc. contribuirão para potencializar este tema e sentar bases para um desenvolvimento sustentado de organização juvenil campesina. A Associação de Jovens Rurais de ITAPUA e o Centro Juvenil Cooperativista são experiências relevantes já que - com matizes entre elas - representam formas próprias que se vem dando entre jovens campesinos e agrários, e se complementam com o Departamento de Juventude da Coordenadora Interdepartamental de Campesinos sem Terra.

d) Brasil

A nível de políticas globais, o tema políticas da juventude vem se reestruturando. Do Ministério da Criança na atualidade, o tema passou ao Ministério da Educação e Desporto, mas ainda não possui um referente institucional claro.

A partir de várias EMATERs (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) estaduais, vem se desenvolvendo programas com jovens produtores e jovens campesinos, com assessoramento às principais organizações representativas dos mesmos. Como contribuições específicas, destacam-se os Programas de Inserção Produtiva, Capacitação e Emprego, Intercâmbios Culturais e Técnicos e Associativismo Juvenil.

No Brasil, as experiências não governamentais tiveram variado desenvolvimento. Os grupos de jovens, Clubes 4S, as organizações juvenis vinculadas ao cooperativismo agrário e as agremiações do setor agropecuário são as de maior desenvolvimento. Exemplo disso é a Associação de Jovens Agricultores do Brasil, o Conselho Estadual de Jovens Rurais do Rio Grande do Sul e programas juvenis da OCEPAR, Cooperativa COTIA, COTREFAL, COPAGRO, COPERVALE, etc. A Igreja a partir da Pastoral Juvenil e principalmente pela Pastoral da Terra impulsionou projetos, programas e ações em todo o Brasil que, entre outros resultados, tiveram um processo significativo de auto-organização de jovens campesinos.

O movimento dos Sem Terra também tem o tema entre seus principais postulados e a participação de muitos jovens rurais. Da mesma maneira que o resto da região, os Centros de Promoção e Pesquisa apoiaram, estimularam e acompanharam muitos processos com jovens campesinos, gerando experiências valiosas.

Em alguns estados, existem Conselhos Estaduais Coordenadores de Juventude Rural que permitem a articulação de diversas organizações, instituições e grupos tanto de caráter local, como regional como no caso do Rio Grande do Sul. Outro espaço de desenvolvimento de programas e organização é o vinculado à Confederação de Trabalhadores Agrícolas, como FETAEP, FETAESC e FETAG.

Outra experiência de crescente relevância é a Associação Brasileira de Jovens Agricultores, a qual se vem conformando com a finalidade de articular os diversos esforços que se desenvolveram a nível nacional no tema.

e) Uruguai

O Instituto Nacional da Juventude (INJU) está cumprindo um importante papel de implementação e incentivo em políticas de juventude. A nível rural, apoia e coordena as principais ações que nos últimos anos vêm desenvolvendo as organizações e instituições vinculadas diretamente com o meio agropecuário. O recente Plano Nacional da Juventude Rural definido para os próximos cinco anos contempla os jovens rurais como um dos grupos beneficiários mais relevantes em temas relacionados a Projetos Produtivos, Capacitação e Associativismo Juvenil.

As Oficinas Municipais de Juventude, em sua jurisdição departamental, apoiam, em sua maioria, atividades com jovens rurais, por meio dos grupos existentes em cada zona, e coordenam ações com o Instituto Nacional de Juventude (INJU) e a Comissão Honorária na Área de Juventude Rural (CHAJR).

A Comissão Honorária na Área da Juventude Rural (CHAJR) dependente do Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca, integrada pelas principais ONGs em juventude rural e por três ministérios, desenvolve planos de pesquisa, um Programa Nacional de Capacitação, apoia os grupos e instituições que trabalham e definem um plano de apoio a empreendimentos produtivos.

A Comissão Honorária do Plano Agropecuário e a Junta Nacional da Granja são outros atores da esfera governamental que pontualmente apoiam e instrumentam planos específicos com jovens rurais, em temas como capacitação, projetos produtivos, intercâmbios internacionais, etc.

No Uruguai, existem diversas experiências no âmbito governamental entre as quais se destacam o Movimento da Juventude Agrária e a Federação Rural de Jovens como as de maior antiguidade no país.

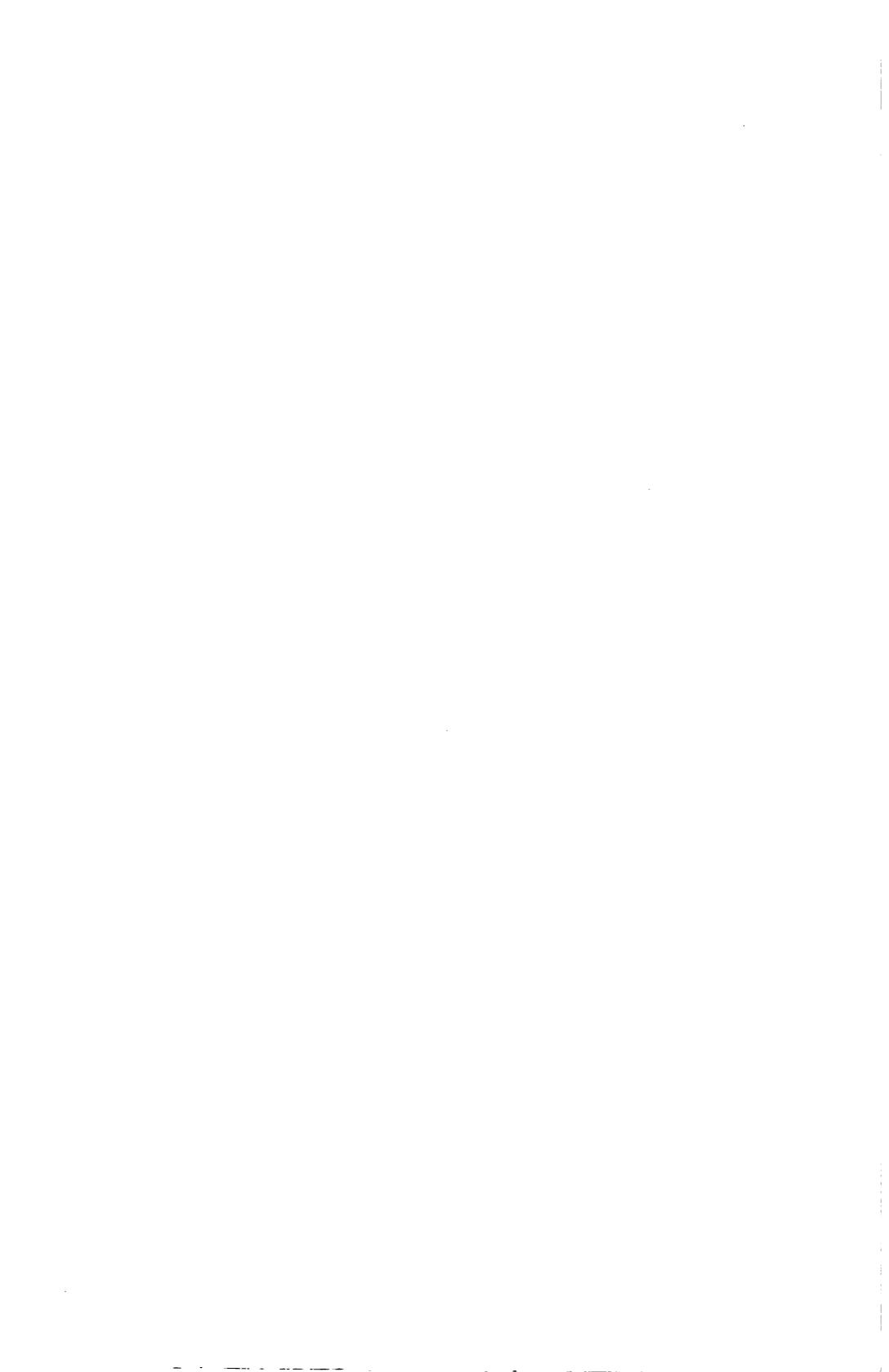
De mais recente criação e desenvolvimento, encontram-se o Programa de Jovens das Cooperativas Agrárias Federadas, o Programa Juventude Rural da Comissão Nacional de Fomento Rural e o Programa Juvenil da Associação Nacional de Produtores de Leite.

Como resultado de um processo incipiente de articulação dos Grupos de Jovens Rurais de caráter autônomo (não vinculados a agremiações nacionais) vem-se conformando muito recentemente uma Coordenadora de Grupos de Jovens Rurais.

Também existem alguns Centros de Promoção que apóiam projetos com jovens rurais nas áreas de crédito e assessoramento para projetos produtivos, capacitação, animação, etc.

Nas páginas seguintes, se compila um resumo de cada exposição realizada no transcurso do Seminário.

Como os resumos foram elaborados pelos próprios participantes, os textos dos Artigos 4 - Síntese das Políticas Institucionais de Programas de Juventude Rural dos Países do Cone Sul e 5 - Experiências dos demais Países Participantes do Seminário não seguem uma uniformidade na sua apresentação.



IV. SÍNTESE DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PROGRAMAS DE JUVENTUDE RURAL DOS PAÍSES DO CONE SUL

Conselho Central de Juventudes Agrárias Cooperativistas da Argentina

Gustavo Capeda e Hector L. Braidot
Conselheiros

As Juventudes Agrárias Cooperativistas são um movimento original que surgiu no seio das cooperativas agrárias nucleadas na Associação, entidade de segundo grau que as nucleia.

Diversas atividades foram se gerando nas cooperativas que formam a ACA (Associação de Cooperativas Argentinas). É assim que no Congresso organizado em 1994, se expressa a necessidade "de recomendar a cada cooperativa agrária do país que se institua um grupo juvenil como meio de ilustração e elevação da juventude agrária".

A fim de dar uma maior coesão e originalidade à força juvenil, em 20 de maio de 1944 se reuniu em Olavaria (Buenos Aires) um Congresso Constituinte que em 31 de outubro do mesmo ano criou o Conselho Central de Juventudes Agrárias Cooperativistas da ACA.

A finalidade essencial é de criar um âmbito de integração do jovem para canalizar suas necessidades e analisar em comum seus problemas. Assim se procura a formação integral, tanto técnica como doutrinária, sem descuidar a capacitação diretiva e o fomento da participação na vida da cooperativa para criar autênticos associados conseqüentes e responsáveis.

Na atualidade, a organização conta com 75 juventudes de base (Juventudes Agrárias Cooperativistas) e 10 coordenações regionais. Estas comissões elegem um delegado que reunidos integram o Conselho Central, entidade de representação nacional.

As atividades de formação se dão em três níveis culminando as mesmas num encontro nacional de três dias de duração, que se realiza anualmente e reúne

delegados de todos os grupos juvenis. Os mesmos são muito heterogêneos, dado que cada juventude ou coordenação regional tem a liberdade de desenvolvê-los segundo seu critério. Realizam-se com aportes das cooperativas, com recursos próprios, etc. e os recursos humanos provêm tanto das Cooperativas como de Universidades e do Instituto Nacional de Tecnologia Agrária (INTA).

Existem também programas comuns como a formação de coordenadores num curso intensivo de três dias ao qual concorrem representantes de cada grupo juvenil. Eles colaboram logo com tarefas de capacitação, seja a nível local, regional ou nacional.

O ajuste realizado pelas cooperativas e a Associação faz com que se reduzam os recursos destinados à capacitação. Isto faz com que se tenha que buscar novas formas de financiamento recorrendo ao Estado com propostas e interessando o governo na temática da juventude rural, dado que não existem programas oficiais que a contemplem.

A escassez dificulta o processo e neste momento se desenvolve um Curso de Capacitação a Distância em Administração de Empresas Cooperativadas, com materiais didáticos elaborados pela OIT-ALCECOOP financiado pelo Instituto Nacional de Ação Cooperativa e Coordenado por jovens agrários capacitados para tal fim.

Por último, podemos dizer que se deu uma grande abertura a todo o tipo de eventos internacionais, com a finalidade de buscar novas idéias e alternativas para manter vigente o associativismo juvenil agrário na Argentina.

Ações de EMATER/RS - Brasil com Jovens Rurais

Doraci de Vargas Tavares

Coordenadora do Programa de Juventude Rural

EMATER/RS é entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural, prestadora de serviços ao governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O Programa de Juventude Rural da EMATER/RS realiza ações específicas com crianças, adolescentes e jovens das pequenas propriedades rurais, bem como jovens trabalhadores das propriedades rurais em geral.

Participam das formas associativas específicas de juventude 27.348 adolescentes e jovens. Nas atividades de tecnologia produtiva em geral, são assistidos 150.000 jovens.

Através de ação integrada com 9.665 professores de 4.363 escolas rurais, são realizadas ações técnico-educativas com 184.141 crianças e adolescentes.

Ações específicas

- **Motivação, apoio e assessoramento na organização e ações de Grupos, Clubes, Condomínios, Comissões, Conselhos e Associações específicas e das demais formas associativas das quais os jovens participam.**
- **Capacitação das lideranças e associados das formas associativas (funções, relações interpessoais, planejamento, execução e avaliação das ações).**
- **Assessoramento, apoio e ação conjunta das questões políticas da juventude, como Projeto de Lei sobre "Crédito Fundiário", atualmente em estudo no Congresso Nacional.**
- **Assessoramento na interpretação e debate de informações, leis, propostas, projetos, etc.**
- **Capacitação, assistência técnica permanente, acompanhamento, debates e avaliação em tecnologias agropecuárias, de agroindústrias, de economia doméstica, de nutrição humana, de saúde e meio ambiente, de associativismo, de gerenciamento, de comercialização, de artesanato, com jovens rurais em geral e com professores e técnicos.**
- **Capacitação, promoção conjunta, assessoramento, acompanhamento e avaliação de eventos como: reuniões, intercâmbios, encontros, seminários, cursos, treinamentos, jogos rurais, esporte para todos, grupos culturais de teatro, danças folclóricas.**
- **Organização e assessoramento nas feiras livres e nas exposições-feiras.**
- **Assessoramento nas ações de instalação de infra-estrutura comunitária (saúde, educação, telefonia, energia elétrica, água, esporte, estradas, etc.).**
- **Elaboração e encaminhamento de propostas e projetos técnicos para financiamento de atividades técnicas produtivas.**
- **Ações integradas com instituições do Estado, Nacionais e no Cone Sul. Conforme pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - o regime de economia familiar, predominante, nas pequenas propriedades rurais, absorve 15,2% da mão-de-obra de crianças e adolescentes, embora o trabalho de menores seja proibido pela Constituição Federal.**

Na faixa etária de 10 a 29 anos, a juventude representa 47% dos trabalhadores rurais ativos na agropecuária, sendo que a maioria não recebe nenhuma remuneração pela sua força de trabalho.

A tradição de propriedade familiar da terra e a situação fundiária são fatores excludentes para a grande maioria dos jovens.

Estas são razões por que cada vez mais o jovem rural, sem terra e sem renda, busca subemprego nas cidades. São raros os fundos de recursos financeiros que permitem aos jovens iniciarem suas próprias atividades produtivas, dentro de condições favoráveis.

Os Programas de Juventude Rural no Paraná - Brasil

Fukuo Morimoto

Coordenador de Juventude Rural - EMATER/Paraná

Casa Familiar Rural (CFR)

Objetivos: Formação integral e profissionalização de jovens.

Público: Filhos(as) de agricultores com mais de 14 anos e que tenham concluído a 4ª série do 1º grau.

Estratégia: Pedagogia de Alternância (uma semana na CFR e duas na própria propriedade).

Ciclo: duração de 3 anos, em período integral.

Entidades envolvidas: Secretarias de Estado da Educação, da Agricultura, do Desenvolvimento Urbano, Prefeitura Municipal e Associação das CFR (ARCAFAR).

Monitores: 01 Engenheiro Agrônomo ou 01 Técnico Agrícola para cada grupo num total de 3 grupos (20 ou 25 alunos por grupo) por CFR.

Metas em nº de CFR de treinandos:

Especificação	CFR (Nº)	Treinandos (Nº)
Em funcionamento	06	675
Funcionamento em breve	04	300
Em funcionamento a médio prazo	07	525
Em funcionamento até dez/95	10	750
Em funcionamento até dez/96	30	2.250
Total	60	4.500

Avaliação/problemas: A primeira avaliação global ocorrerá no decorrer deste ano, mas alguns problemas já são notórios, tais como:

- heterogeneidade do público;
- despreparo dos monitores, alocados por diferentes órgãos e com diferentes salários;
- dificuldade na obtenção de recursos.

Jovens agricultores cooperativistas

Objetivo: Profissionalização dos jovens cooperativistas através da organização.

Público: Filhos(as) de cooperados.

Estratégia: Formação de grupos de jovens municipais, regionais e estaduais.

Cooperativas envolvidas e nº de jovens participantes: 10 Cooperativas (COPACOL, COAMIG, COOPAGRO, COOPERVALE, Bom Jesus, COAGRO, COTIA, COPAGRIL, COTREFAL, COROL, com 84 grupos e cerca de 2.800 membros.

Problemas mais comuns:

- Desestímulo à produção.
- Escassez de apoios institucionais.
- Desorganização do setor produtivo a nível de propriedade e de área.
- Falta de infra-estrutura (agroindustriais, máquinas, equipamentos, de armazenagem, vias de escoamento e etc.).
- Dificuldade de diálogo, estímulo e confiança dos pais para com os filhos jovens.
- Desmembramento familiar provocando êxodo rural por falta de espaço.

Educação de jovens rurais através de escolas rurais de 1º e 2º graus

Está em estudo a elaboração de um programa nesta área, com o objetivo de complementar o ensino formal através da educação e conscientização das crianças a respeito do meio rural e da importância econômico-social da agropecuária.

Organização da Juventude Trabalhadora Rural Sindicalizada no Rio Grande do Sul - Brasil

Ângelo Elcir Zeni
Educador da FETAG

A sociedade brasileira passa por uma fase de profunda crise econômica, social e política. Os dados estatísticos mostram a triste realidade vivida pelos trabalhadores assalariados e desempregados. O grave quadro de miséria e fome existentes no país repercute diretamente em nossas vidas.

O Brasil é a 9ª economia mundial, entretanto 32 milhões de pessoas passam fome e estão abaixo da linha de miséria. É gente que não tem lugar para morar, escola para estudar e muito menos terra para plantar.

O trabalho de organização sindical da juventude rural conta com uma história de muitas lutas no estado. O movimento se organizou a partir da década e 60, e desde então, a FETAG sempre orientou as atividades sindicais pensando na participação dos jovens.

No início existiam sindicalistas atuando isoladamente em suas regiões. Hoje podemos afirmar que a organização dos próprios jovens, juntamente com a FETAG, decidiram enfrentar esse desafio. Nos dias 24 e 25 de maio de 1994, realizamos o IIº Seminário Estadual de Jovens Trabalhadores Rurais. Foi um grande evento que deu seqüência ao Iº Seminário, realizado em março de 1993.

A juventude rural está demonstrando responsabilidade, e acima de tudo maturidade política. Pode-se dizer que os jovens do campo não aceitam mais as coisas prontas, eles querem ajudar a construí-las.

O movimento defende, através da Comissão Estadual dos Jovens, uma sociedade mais justa, com distribuição de terra e renda, com uma política agrícola voltada para a pequena propriedade, bem como investimentos na área da educação para o meio rural. Para tal entendemos necessário um projeto alternativo que possibilite transformar esta realidade, tanto do ponto de vista econômico, político, ideológico, cultural e social.

Sabemos das dificuldades de organização do Movimento Sindical, mas temos clareza sobre o que pretendemos, somos conscientes das nossas limitações, mas jamais cruzaremos os braços esperando que as conquistas caiam do céu.

Entendemos que o problema da juventude rural, assunto central discutido nesse importante seminário, requer um estudo mais aprofundado quando devermos analisar a questão econômica, social e política de todos os países, em especial os da América Latina. A partir da tentativa de implantação da proposta neoliberal em nossos países, a crise vem se agravando galopantemente a cada dia que passa. Isto demonstra que o problema deve ser combatido pela raiz, ou seja, pela causa e não pela consequência. Nesse sentido, queremos deixar aqui a nossa preocupação de conjuntamente erradicar os problemas de desigualdade social existentes, pois eles são frutos da estrutura do atual sistema vigente que prega a exploração do homem pelo próprio homem.

Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural do Rio Grande do Sul - Brasil / FUNDAJUR

Nélcia Pinto
Diretora Superintendente

A FUNDAJUR é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado e de duração indeterminada, de caráter fundamentalmente educativo, técnico e social.

Foi instituída, na forma de legislação civil, por Escritura Pública de 11 de dezembro de 1985 e inscrita no cartório de Registro Especial sob nº 7594 da Comarca de Porto Alegre/RS.

A FUNDAJUR é sucessora do Conselho de Clubes 4-S, fundado em 25.07.72, e tem por objetivo ser um órgão representativo da Juventude Rural e de apoio às ações de educação não formal desenvolvidas através de suas organizações juvenis pela extensão rural oficial do Estado.

A fundação, dentro de suas finalidades, propõe-se, basicamente a desempenhar as funções de órgão de apoio aos programas de juventude rural.

Promove cursos e treinamentos, com a finalidade de capacitar os jovens, buscando preparar estes para enfrentar as exigências da vida rural.

Apoia e incentiva a realização de campanhas educativas, exposições de trabalhos, demonstrações de resultados técnicos, reuniões e demais atividades que despertem o interesse e a consciência participativa dos jovens nas suas comunidades.

Negocia, junto a outras entidades, os Projetos de Extensão Rural que visam o aprimoramento do trabalho com jovens do meio rural.

Atualmente está em atividade o Projeto "INSTALAÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS NATIVAS PARA RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES EM 10 MUNICÍPIOS GAÚCHOS". Em cada município foi instalado um viveiro com capacidade de produção de 6 mil mudas/ano. Desta forma o "Projeto" terá capacidade de produção de 60 mil mudas/ano e tem assessoria técnica da EMATER/RS. Este Projeto tem o patrocínio da União de Bancos Brasileiros S/A - Projeto Ecologia.

As atividades deste Projeto são executadas por jovens e por alunos de escolas rurais. Existem viveiros produzindo mais de 4.000 mudas de nativas.

O propósito do projeto de viveiros é conscientizar o jovem na preservação do meio ambiente e, a reposição das matas ciliares. Estão em andamento treinamentos em administração rural. Estes treinamentos, conforme uma proposta de trabalho integrado EMATER/RS/FUNDAJUR, consiste em treinar 135 jovens rurais e 45 técnicos da EMATER/RS na área de administração rural, custo de produção e gerenciamento de propriedades.

A FUNDAJUR se mantém com o apoio de entidades públicas e privadas.

Programas Governamentais na Área de Juventude Rural no Chile

José Ignacio Gomes

Coordenador Nacional de Juventude Rural - INDAP

A ênfase destes programas tem sido apoiar os jovens a serem microempresários. Isto é, o esforço principal está concentrado em capacitar e formar jovens com uma mentalidade empresarial, capazes de compreender e aplicar uma forma mais eficiente de assumir o trabalho produtivo. Sob este ponto de vista, o projeto produtivo microempresarial que os jovens realizam em dado momento toma sentido na medida em que seja uma instância de formação e capacitação nestes termos.

A juventude rural no Chile alcança a 588.435 pessoas, o que representa 16,1% da população juvenil nacional e 26,6% da população rural total.

As ações com os benefícios se implementam de forma indireta, isto é, por meio de executores privados qualificados com idoneidade para isso, que se regem por orientação e standards de qualidade definidos pelo governo. Os beneficiados diretos para os anos 93 e 94 são acima de 4.000 jovens, dos quais 60% corresponde a mulheres e 40% a homens.

O programa se desenvolve de forma conjunta entre INDAP e o Ministério do Trabalho e consiste numa licitação de recursos que os organismos técnicos de execução postulam (instituições capacitadoras e prestadoras de serviços de assistência técnica), apresentando propostas de capacitação e criação de unidades produtivas numa rubrica produtiva com jovens rurais. As rubricas que os organismos técnicos de execução ofertam para licitação devem ter características promissoras economicamente no mercado.

Para este programa os organismos técnicos de execução que são incumbidos de cursos reúnem um grupo de até 20 jovens com quem executam o seguinte:

- 250 horas em média de capacitação (170 h em capacitação técnica e 80 h de capacitação em gestão e administração básica).
- Assessoria aos jovens para a solicitação e uso do crédito INDAP num montante máximo de até US\$ 1.460 por jovem.
- Um mínimo de 50 h de assistência técnica a cada uma destas microempresas, espaçadas para cobrir até o primeiro ciclo produtivo.

Uma avaliação da aplicação do programa na província de Curicó indica que uma microempresa típica da rubrica dos tomates em estufa, do tamanho de 600m², constituída por 3 integrantes, adquire um crédito total de US\$ 3.600 no 1º ano

(para investimento e operação), e de US\$ 1.400 do 2º ao 4º (para operação). Com este nível de endividamento, o 1º ano gera uma margem líquida de US\$ 690, e nos anos 2, 3 e 4 de US\$ 2.850.

Estas margens de ingresso, ao serem divididas pelo tempo efetivamente invertido no projeto, entregam ao jovem em torno de 1,23 Ingressos Mínimos Mensais (o que é similar ao custo de oportunidade dos jovens numa zona rural). A isto deve-se somar que a mesma infra-estrutura pode ser utilizada em atividades que gerem ingressos complementares. Além disso, o programa permitiu a aquisição de destrezas técnicas produtivas de forma muito rápida (3 a 5 meses), o que confere ao jovem um nível de qualificação que amplia imediatamente suas perspectivas de trabalho.

As áreas mais críticas da execução do programa têm sido a Coordenação Interinstitucional, frente a qual, ao desenvolver programas conjuntos entre duas ou mais instituições, é indispensável implementar eficientes sistemas de informação e ação entre elas. Outro momento crítico é a seleção de beneficiários. Uma terceira área crítica é a qualidade técnica das ações, diante da qual se deve supervisionar para que os executores (privados) realizem as atividades encomendadas com a mais alta qualidade possível, já que isto dá segurança ao jovem e por sua vez baixa o risco do crédito.

Desafios futuros

O fortalecimento dos grupos microempresariais gerados, tanto em suas dimensões de relações humanas, como em sua melhor estruturação legal.

O apoio às microempresas para darem saltos qualitativos e quantitativos em sua produção e em sua estratégia comercial, abrindo possibilidades para sua articulação com circuitos de exportação de produtos de qualidade.

Obstáculos e Alternativas na Promoção de Organizações Juvenis Campesinas no Paraguai

Luiz Caputo
Investigador da Base - IS

Juventude e Desenvolvimento Rural são uma questão de enorme relevância ainda que lamentavelmente de pouca apreciação social e política. Assim, por exemplo, no Paraguai não existe uma tradição de trabalho com a juventude e, menos ainda, com jovens rurais.

Na prática da promoção rural no Paraguai, os programas e projetos, tanto de organizações campesinas como de ONGs, só eventualmente contemplam

objetivos específicos para a juventude. Esta ausência de objetivos para a juventude, em parte, deve-se ao fato de as agências doadoras até agora não terem colocado “na moda” a temática juvenil rural.

Ironias da concepção e métodos aplicados à promoção no Paraguai, já que a prática da promoção rural tem demonstrado que são os jovens que maior apoio brindam aos projetos de intervenção social nas comunidades campestres, orientados à produção agrícola, ao estabelecimento de agroindústrias, à incorporação de novas tecnologias, ao desenvolvimento da capacitação em matéria de empreendimentos coletivos, saúde ou assistência técnica.

Por sua vez, são os jovens que em grande medida pressionam os líderes das organizações campestres às quais eles pertencem ou suas famílias para que ofereçam serviços de capacitação. Esta demanda tampouco pode ser satisfeita por falta de quadros devidamente formados.

Chama a atenção no trabalho com jovens, o grande desconhecimento que existe entre seus membros acerca do contexto nacional, seja social, econômico ou político, principalmente devido à deficiência do sistema educativo, o que vem gerando no jovem um sentimento de deslocamento e estranheza, fatores que podem facilmente ser revertidos com programas de capacitação adequados.

Outra fonte importante de obstáculos para a participação sustentada dos jovens e das jovens nos projetos é a alta mobilidade espacial que têm, principalmente por razões de trabalho. Esta situação se complica no caso das gerações jovens mais educadas, tendendo assim a complicar a permanência dos líderes jovens em suas comunidades.

A alta mobilidade espacial aludida dos jovens e das jovens do meio rural, onde a migração temporal é uma de suas mais freqüentes, faz com que, graças a seus contatos esporádicos mas freqüentes, com o meio urbano, se gere maior consciência da importância do relacionamento e dos valores como das formas associativas de produção e organização.

Na maioria das experiências em que as organizações juvenis campestres são promovidas pela igreja ou por agências do Estado, a instrumentação que se pretende fazer com as bases é claramente percebida pelas organizações, o que provoca um efeito de desmobilização.

É importante destacar a crescente demanda de terra nas organizações campestres paraguaias, aumentada no segmento jovem, constituindo uma das principais reivindicações. Este problema se amplificará quando se pensa que num prazo de 5 a 10 anos os jovens de hoje constituirão famílias sem lugar para assentar-se; é portanto, uma demanda que permanecerá manifesta no longo prazo.

Pelo lado as próprias organizações juvenis campesinas, deve destacar-se "o efeito de demonstração" que exerce sobre os jovens a criação e funcionamento de associações de juventude. Disso se desprende que bastariam poucas intervenções estratégicas para produzir um importante impacto disseminador.

Com efeito, as organizações juvenis campesinas estão apenas num estado incipiente no Paraguai, por isso o papel que podem cumprir as ONGs e agências solidárias é de maior importância. Assim, a consolidação das unidades ou programas orientados à juventude rural deveria ser uma área prioritária de interesse na cooperação internacional, dado que os fundos nacionais são inexistentes.

Outorgar prioridade à promoção da adolescência e juventude nucleada em torno do campo, tomando em conta os delineamentos anteriormente assinalados, contribuirá para satisfazer inumeráveis aspirações a curto e longo prazo, seja de crianças como de adultos.

Do contrário, se estará colocando em jogo o valor humano e o destino de um segmento importantíssimo da população, acentuando ainda mais as desigualdades e necessidades sociais.

A Inserção Produtiva dos Jovens Rurais no Uruguai dos Anos 90

Nelson Lemos
Coordenador da Área de Juventude
Rural do Foro Juvenil

Desde 1985, a Área Rural do Foro Juvenil desenvolveu um trabalho com jovens rurais centrado fundamentalmente em aspectos sócio-culturais. Neste sentido, se implementaram e executaram programas de apoio institucional, cursos de capacitação de líderes juvenis e gestão organizacional, assim como programas de intercâmbio, contando com convênios com as principais organizações de produtores e instituições estatais e ONGs que trabalham em extensão rural.

A experiência acumulada durante este período nos levou a colocarmos a necessidade de incorporar o tema produtivo como uma atividade imprescindível no aprofundamento do trabalho desenvolvido até este momento.

É assim que em 1992 se instrumentalizou o Programa Iniciativas Juvenis Rurais, cujo eixo central o conforma com a Unidade Técnica de Apoio a Projetos Produtivos (UTAPP).

Na definição de nossas linhas prioritárias de ação, temos tomado em conta as principais limitações que tem os jovens para inserir-se exitosamente na produção.

de maneira a gerar condições específicas que lhes permitam ter uma realização através de empreendimentos produtivos agropecuários.

Em tal sentido, a UTAPP oferece aos jovens serviços de apoio para a formulação e avaliação de projetos, busca de linhas adequadas de crédito, capacitação e assistência técnica, junto a orientação e informação sobre todos os aspectos que compõem um projeto produtivo.

Através das diferentes atividades, se busca oferecer ao jovem elementos que lhe permitam posicionar-se de maneira diferente para a tomada de decisões na hora de iniciar ou efetuar modificações em seus sistemas ou modos de produção.

Finalmente se busca que os impactos, resultados e metodologias desta unidade se convertam em modelo de referência para construir um Fundo Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa de Jovens Agrários.

Metodologia de trabalho

A UTAPP se compõe de três áreas:

- a) capacitação
- b) crédito
- c) assistência técnica.

Contribuição para uma abordagem global

Por um lado, é o desafio da globalidade. Pensar em ações de apoio à inserção produtiva supõe pensar num trabalho que dê conta das múltiplas dimensões que o tema tem: a orientação e informação, a capacitação, a assistência técnica, o critério e a sistematização e difusão. Para sermos efetivos nisto é necessária a coordenação de esforços e a busca de acordos.

Em nossos países, é quase impossível imaginarmos um trabalho global sem coordenação de esforços e acordos interinstitucionais que permitam o desenvolvimento de uma ação como a que descrevemos.

O tratamento personalizado. Os jovens necessitam de um apoio técnico e humano que lhes permita sentirem-se acompanhados e compreendidos diante do desafio que estão enfrentando ao colocar-se uma iniciativa produtiva. O êxito desta experiência depende centralmente do tipo de apoio recebido no início e logo que esteja em andamento. Isto supõe uma importante destinação de recursos técnicos e carga horária, seguramente em maior magnitude que a assistência técnica tradicional.

Transferência metodológica. A possibilidade e a necessidade de ampliar o leque de técnicos envolvidos no apoio a experiências produtivas de jovens é outro desafio central.

Existe uma necessidade de multiplicar a experiência a fim de abraçar um maior número de beneficiários, mas por sua vez é necessário dar conta das especificidades dos projetos e das diferentes zonas, com que a possibilidade de transferir metodologias a técnicos extra-instituições é uma condição fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Sistematização e difusão. Este é outro dos importantes desafios. Não se pode negar a existência no Uruguai de experiências de apoio a projetos produtivos de jovens. Mas pouco se conhece deles, não foram difundidos adequadamente, portanto, a possibilidade de recolher experiências e aprender deles é muito relativa.

Por isso colocamos a importância de que as experiências sejam adequadamente sistematizadas e difundidas, para conseguir aprendizagens que levem a aumentar os impactos e melhorar a metodologia.

Buscamos fundamentalmente que esta apresentação resulte motivadora de um debate que possa ser útil àqueles que consideram a importância de abordar este aspecto do trabalho com jovens rurais no seu acionamento institucional.

Portanto, o exposto não esgota o tema, pelo contrario, abre a possibilidade de que a partir do mesmo se enriqueça o debate, se intercambiem conceitos e se avance significativamente no trabalho de apoio aos jovens rurais e nos desafios da inserção produtiva.

Junta Nacional da Granja - JUNAGRA / Uruguai

Álvaro Llambia
Diretor

JUNAGRA é uma instituição estatal do Uruguai, e tem como objetivos apoiar o desenvolvimento e transformação do setor produtivo granjeiro para uma granja competitiva voltada aos mercados externos.

A política macroeconômica estabelecida ajuda processos de ajuste e estabilização, reestruturação geral interna, dando um novo marco de ação ao setor agropecuário. Este reajuste é acompanhado por um processo de integração regional (MERCOSUL) o qual apresenta vantagens e desvantagens que pesam sobre a pequena produção.

A JUNAGRA tem acentuado seu esforço em apoiar este objetivo de transformação mediante ações concretas como:

- apoiar e consolidar o agrupamento de produtores que por si só não podem desenvolver-se competitivamente;

- capacitação em gestão empresarial dos grupos e associações;
- capacitação tecnológica;
- apoio institucional e esboço de projetos para a instalação de embalagem, frio, comunicações, etc.

Não obstante, neste processo a JUNAGRA vê os jovens rurais como elementos protagonistas da mudança. Com essa inquietude realizou convênios com organizações não governamentais (FORO JUVENIL), CUI) e instituições privadas (ANPL) que trabalham e apóiam em diferentes formas as demandas dos jovens rurais. Este apoio se traduziu em ações orientadas não só à produção como também à pós-colheita, comercialização, capacitação com destino a projetos pilotos demonstrativos.

Os resultados primários desta experiência iniciada em junho de 1992 são positivos. Contudo se identificaram certas barreiras que limitam de alguma forma globalizar as experiências.

Estas são as seguintes:

- Trabalha-se com jovens agrupados informalmente e de pequeno número (3-10).
- Ausência de instituições e cooperativas com imagem que os apóiem e agrupem.
- Escasso ou nulo acesso ao crédito por serem muito jovens e não terem garantais reais.
- Escassa capacitação produtiva.
- Níveis de ingressos muito baixos.

Limitações institucionais

- Escassos recursos disponíveis para atender maiores demandas.
- Recursos humanos e técnicos limitados.
- Não maneja fundos próprios com destino a atividades produtivas, etc.

Rede de Juventude Rural do Cone Sul Latino-Americano

Uma proposta de cooperação horizontal

H. Daniel Espíndola

Coordenador da REJUR - Diretor da Área Rural do Foro Juvenil

Apresentação

Os rápidos processos de abertura e integração regional que estão ocorrendo em nossos países levarão inexoravelmente a reestruturas e reconversões produtivas de grande transcendência social e política. Os impactos já se percebem e se irão aprofundando na medida em que se consolide a integração regional.

A juventude de nossos países e em particular os jovens do meio rural estão vivendo estas profundas transformações em seus cenários mais cotidianos e são eles que conduzirão boa parte deste processo que recém se inicia.

Neste marco as iniciativas de jovens e com jovens adquirem uma importância estratégica nos planos de desenvolvimento rural. Este documento intenta apresentar os antecedentes e a proposta da Rede de Juventude Rural (REJUR) do Cone Sul Latino-Americano. Para isto, descrevem-se as ações recentemente realizadas e desenvolve-se um perfil da própria REJUR, como contribuição preliminar para uma iniciativa ainda em gestação.

Os processos de institucionalização das políticas de juventude na região

Aspectos Gerais

Na década de 80 "o juvenil" começa a colocar-se, já não só como a "geração do futuro" mas também como tema e como problema, gerando-se a partir disto um significativo processo de debates, propostas e ações na maioria dos países da região.

Começa-se a perceber "o juvenil" de forma diferente, lentamente, desde os âmbitos públicos e privados e logicamente desde o "mundo juvenil" se realizam diversos esforços para reintegrar e fundamentalmente propor alternativas que dêem conta das mudanças operadas em cada uma das sociedades.

Ao mesmo tempo, o contexto de democratização operado na região favoreceu estes processos. É assim que começa a desenvolver-se uma sensibilidade pelo tema nos governos democráticos da região, que se manifesta tanto no crescente grau de institucionalização das políticas de juventude, como nos próprios espaços que os jovens rurais conquistaram com seu trabalho e empenho.

Uma das respostas mais visíveis e concretas tem sido a implementação dos chamados Institutos Nacionais de Juventude existentes hoje em praticamente todos os países da região (não importa o nome que tomem em cada caso particular).

Este processo de institucionalização apresenta um desenvolvimento maior em terras e áreas predominantemente urbanas, conseqüência lógica da alta urbanização de nossas cidades.

É de destacar o processo de coordenação instrumentado por meio da Conferência Ibero-Americana de Juventude Rural, a qual conta com apoios decisivos, por exemplo, do Instituto da Juventude da Espanha. Este espaço junto à Consulta Latino-Americana da Juventude de ONGs tem sido âmbitos privilegiados para o debate, a coordenação e a aprendizagem comparados a políticas que não têm tradição no continente.

Atualmente a consolidação da Organização Ibero-Americana de Juventude - OIJ e do Foro Latino-Americano de Juventude - FLAJ (organismos multilaterais, o primeiro de instituições estatais e o segundo de organizações e ONGs em Juventude) representa a possibilidade de serem referências institucionais chaves para todos os atores vinculados à temática.

Por outro lado, cabe assinalar que têm existido programas e projetos específicos com jovens rurais instrumentados a partir de Institutos de Extensão Agrícola (ou variantes similares) em quase todos os países da região.

Diferentemente das políticas que começam a implementar os Institutos de Juventude, os programas e projetos em juventude rural tiveram em geral um desenvolvimento limitado no tempo e em recursos, assim como uma cobertura parcial, sendo de caráter preferentemente local e zonal, antes que nacional. No item seguinte se descreve brevemente a evolução que apresenta o tema.

Antecedentes da criação da rede

Na região existem diferentes experiências de tipo associativo com a participação de jovens rurais. Estas experiências provieram de múltiplas vertentes, mas as mais significativas constituíram-se o Movimento Internacional de Juventudes Agrárias e Rurais Católicas (MIJARC) e o Conselho Assessor Internacional de Juventude Rural (CAJIR).

Ao mesmo tempo em que se realizam intercâmbios bilaterais e duas atividades recentes: O Encontro do Cone Sul e Europa "Os Jovens Rurais e os Novos Cenários Regionais" - Montevidéu, novembro de 1992 e o Seminário Curso Euro-Latino-Americano "Juventude Rural, Inserção Produtiva e Modelos de Cooperação, - Santiago do Chile, novembro de 1993, em ambas as atividades se propôs dar-

lhe continuidade e aprofundar a articulação e coordenação de esforços entre as entidades públicas e privadas que trabalham em juventude rural.

A REJUR - Um Instrumento de Cooperação Regional

O novo enfoque para abordar a preocupação pela juventude rural deve centrar-se em entendê-la como um setor diverso e heterogêneo que requer políticas específicas para ampliar suas possibilidades de desenvolvimento, as de suas famílias e as do mundo rural em geral.

Isto significa que se deve considerá-la não unicamente como um setor que requer um apoio para solucionar suas necessidades e problemas concretos, mas também se deve visualizá-la como uma opção estratégica para o desenvolvimento rural.

Por outra parte, é importante a contribuição deste setor dentro das organizações rurais, tanto em sua dimensão social, como em seus aspectos econômicos e produtivos.

O acionar da REJUR deverá apontar para a geração de um âmbito de coordenação permanente e comunicação fluida entre as diferentes organizações da região, o que obviamente redundará no enriquecimento de cada uma delas ao poder aceder a um caudal maior de informação, serviços e intercâmbios.

A rede deve constituir um instrumento técnico idôneo para os interesses das organizações que a integram, e ter capacidade de recolher e canalizar diferentes demandas que surjam das mesmas, dando-lhes apoio e assessoramentos.

Para isso deverá contar com um adequado suporte técnico que gere, apóie e viabilize os diferentes tipos de serviços dirigidos às organizações membros de maneira que estes possam desenvolver e aprofundar seus próprios cometimentos.

Atualmente se encontra na etapa de formalização, a partir de uma equipe técnica a qual deverá durante 1994 implementar os diferentes programas de trabalho, prevendo-se para 1995 o lançamento do Plano de Atividades Triannual 95-98.

V. EXPERIÊNCIAS DOS DEMAIS PAÍSES PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

Fundação Carvajal - Colômbia

Libardo Ochoa

Coordenador da Área de Juventude Rural

A Fundação Carvajal, em 1991, firmou um Convênio com o Plano Nacional de Reabilitação (PNR) para capacitar docentes de 12 colégios agrícolas de diferentes departamentos do país. Em janeiro de 1993, a Fundação Carvajal e CIBA GEIGY criaram o "Programa Colégios" para dar continuidade ao programa e capacitar docentes de 30 colégios.

O Programa Colégios centrou sua atenção em brindar capacitação aos professores nas áreas administrativas, motivação empresarial, agricultura sustentável, recursos naturais e em técnicas de comunicação, para que os docentes multiplicassem os conteúdos e a metodologia da capacitação com os alunos, na busca de criar neles uma mentalidade empresarial e dar-lhes ferramentas para que construam no campo suas próprias oportunidades.

As atividades que se desenvolveram em cada colégio são: visita de diagnóstico, capacitação administrativa, capacitação técnica, capacitação em comunicação para comunicadores e (2) visitas de assessoria. As capacitações que se realizam são apoiadas por manuais que o programa agropecuário da Fundação delineou. Nos colégios, se criaram os fundos rotativos que são pequenos créditos que se outorgam aos estudantes capacitados para financiar seus projetos produtivos.

Alcance do programa

O programa teve boa acolhida e é por isso que neste momento trabalhamos com 51 colégios em 10 departamentos da Colômbia. Até o momento, se capacitaram 917 professores de 9 departamentos.

Inconvenientes que se apresentam nos colégios

A contínua rotação dos docentes representa um problema para a realização exitosa do programa. Esta é uma das razões pela qual não se cumprem

completamente os objetivos do programa: nestes casos os conhecimentos não chegam aos estudantes nem às suas famílias para que sejam aplicados nas suas propriedades. Outra dificuldade que se tem é a desmotivação dos docentes pela rotina de trabalho. Esta se apresenta pelo tempo que pode levar um docente ditando o mesmo texto e utilizando a mesma metodologia. Os professores trabalham em determinado colégio que lhes toca não porque seja de seu agrado e, pior ainda, há alguns que não têm vocação para o campo. Além disso, todos os colégios estão na zona rural e a maioria dos docentes quer viver na cidade.

A falta de garantias para o setor agropecuário tais como seguridade social, apoio econômico, saúde, etc. fazem com que os docentes não vejam com agrado os programas de capacitação no que se refere à administração de propriedades ou programas de desenvolvimento. Também sucede que há instituições que chegam a trabalhar determinada zona e não continuam, deixando as pessoas com muitas expectativas e conseguindo assim que estas demonstrem apatia e tenham pouca confiança nos programas que lhes são proporcionados.

A todos estes problemas mencionados se une também o escasso recurso econômico com que se conta para desenvolver programas de capacitação nas escolas. Existem poucas entidades que apóiam estes programas. Pode ocorrer que estas entidades se desestimulem porque as pessoas depois de receberem a capacitação não respondem e os objetivos dos programas não se CUMPREM, acontecendo então que grande parte dos recursos investidos se perca.

A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal - AJAP

Lino Afonso

Presidente do Conselho Fiscal da AJAP

A AJAP é uma organização privada sem fins lucrativos e reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública. É a única organização nacional que representa os Jovens Empresários Agrícolas, com idades compreendidas entre os 18 e 40 anos, contribuindo para a dinamização da atividade humana no mundo rural, tendo sempre presente o respeito pelo meioambiente.

Criada em 1983, a AJAP deu resposta a duas grandes questões:

- A primeira, a conscientização que de algum modo foi nascendo nos empresários agrícolas, sensibilizando-os para o espírito associativo.
- A segunda, a solicitação por parte da Comunidade Européia, no sentido de que os Jovens Agricultores Portugueses se fizessem representar nos diversos organismos europeus.

Preocupada com a dura realidade que caracteriza a agricultura portuguesa, a AJAP decidiu "meter mãos à obra" e abandonar os discursos trocando-os pela ação, e orientou-se por um conjunto de princípios que considera fundamentais, ou seja:

- Defesa intransigente da propriedade e da iniciativa privada.
- Defesa do meio agrícola e rural.
- Defesa do rendimento e do bem-estar dos agricultores.
- Aceitação de qualquer dimensão da empresa, embora privilegiando o modelo familiar da agricultura.

A AJAP atua não apenas no âmbito nacional mas igualmente inserida na dinâmica da Comunidade Europeia e do próprio quadro internacional.

Em relação a Portugal e com o apoio das nossas 26 Delegações Regionais que cobrem todo o território (Continente e Regiões Autónomas), o trabalho da Associação desenvolve-se a diversos níveis.

a) Estamos presentes nos principais órgãos nacionais nomeadamente:

- Grupos de trabalho do Ministério da Agricultura
- Conselho Consultivo da Juventude
- Conselho Económico-Social
- Conselho Nacional da Juventude
- Conselho Geral do INIA
- Conselho Geral do IFADAP.

b) Participamos como sócios fundadores em várias organizações como é o caso da União dos Jovens Empresários Portugueses, da Fundação da Juventude e do Centro de Exposições e Mercados Agrícolas.

c) Desenvolvemos Ações de Formação de Jovens Empresários Agrícolas Organizadores de Formação e Formação de Formadores.

- Publicamos um Boletim Mensal.

d) Publicamos a revista Trimestral "Jovens Agricultores".

e) Promovemos Ações de Informação através de "Correio Diretor", Colóquios, Seminários ou simples reuniões.

f) Organizamos o Concurso Nacional de Jovens Agricultores e o Concurso Nacional de Jovens Viticultores.

Na Europa Comunitária, a AJAP é o membro do Conselho Europeu dos Jovens Agricultores (CEJA) cuja Vice-Presidência é neste momento ocupada pelo Presidente da nossa Associação, José Antônio Moreira da Silva, assim como, a Presidência do Grupo Mediterrâneo.

Através do CEJA podemos ser ouvidos em outros Organismos da Comunidade Européia, nomeadamente no Comité das Organizações Profissionais Agrícolas e no Centro Europeu de Promoção e Formação no Meio Agrícola Rural (CEPFAR).

Beneficiam deste privilégio todos os associados em termos de acesso à informação e a apoios comunitários.

Ao nível do CEJA e como Associação Membro, a AJAP participa nas iniciativas do PEJA (Programa de Intercâmbios de Jovens Agricultores) que promove intercâmbios ao nível dos Estados Membros da União Européia de Jovens Agricultores organizados pelas diferentes Associações representadas no CEJA.

Estes intercâmbios permitem uma enriquecedora troca de conhecimentos e experiências entre os seus participantes, assim como a divulgação das especificidades do setor agrícola, o que acaba por ser compatível com a maior aproximação que se faz sentir entre os Jovens Agricultores da Europa Comunitária.

Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Juventude Rural da República Dominicana - FUNDEJUR

Miguel Moreno
Diretor Executivo

A Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Juventude Rural (FUNDEJUR) é uma instituição privada sem fins de lucro amparada na Lei 520 de 26 de julho de 1920 e suas modificações. Obteve do Poder Executivo sua personalidade jurídica mediante o Decreto Nº 1624 de 18 de março de 1980. Nasceu por iniciativa de um grupo de cidadãos dominicanos comprometidos com o desenvolvimento do país e preocupados com a situação em que vivem os jovens rurais.

A Fundação tem como objetivos promover a educação, treinamento e assessoramento técnico e econômico, para que os jovens que vivem na zona rural obtenham os elementos necessários para uma vida melhor dentro do seu meio ambiente. Para conseguir os objetivos, se executam programas de crédito e assistência técnica, capacitação técnica e social e se promove a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais de reflorestamento e construção de biodigestores plásticos tubulares e lagoas de oxidação de águas e resíduos sólidos de limpeza de granjas vinícolas. Para facilitar o trabalho com os jovens,

se utilizam suas organizações, tais como associações de produtores, cooperativas e clubes culturais e desportivos.

O programa de crédito beneficiou mais de 4.500 jovens, tendo umas 300 microempresas consolidadas. O programa de capacitação chegou a mais de 6.000 pessoas pertencentes a mais de 1.500 instituições públicas e privadas, ONGs e organizações juvenis. A assistência técnica permite acompanhar o jovem nas diferentes etapas da atividade produtiva e de maneira mais limitada na etapa de comercialização.

As áreas que se financiam são a agrícola: banana, mandioca, batata, milho, arroz, hortaliças, sorgo, viveiro; pecuária: criação e engorda de porcos, engorda de novilhos, criação de patos, coelhos, engorda de frangos; agroindústria: produção de alimentos balanceados para animais, produção de doce, produção de queijos; outros: confecção de roupas e luvas, cerâmica, salão de beleza, etc.

As principais dificuldades encontradas pela FUNDEJUR para realizar seu trabalho são:

- Baixa escolaridade dos jovens rurais.
- Pouca disponibilidade de terra.
- Inexistência de fontes de financiamento para infra-estrutura.
- Escassas e insuficientes fontes de crédito para apoiar a produção.
- Forte emigração campo-cidade e para o estrangeiro, entre outras.

VI. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO/OFICINA JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Município de Encantado - RS
13 a 16 de junho de 1994

Em conformidade com a decisão do Comitê Assessor do PROCODER de incluir o tema da juventude rural no programa de atividades multinacionais de 1994, realizou-se o seminário/oficina "Juventude e Desenvolvimento Rural" no Município de Encantado, Rio Grande do Sul. Este evento contou com a participação direta de dirigentes e do corpo técnico da EMATER/RS que foi instituição anfitriã.

Participaram neste encontro várias instituições associadas ao PROCODER, assim como ONGs e instituições privadas da Argentina (Conselho Central das Juventudes Agrárias Cooperativas da A.C.A), do Uruguai (Foro Juvenil e Rede de Juventude Rural - REJUR), do Paraguai (Base-IS), do Brasil (COTREFAL-PR), Casa Familiar Rural, (FETAG-RS), da Colômbia (Fundação Carvajal), da República Dominicana (Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Juventude Rural - FUNDEJUR) e de Portugal (Associação de Jovens Agricultores - AJAP).

Este seminário/oficina foi projetado com o objetivo de comparar marcos conceituais, políticas, programas e resultados de algumas ações institucionais dirigidas à juventude rural, com o fim de formular um projeto que permita reforçar a tarefa das instituições nesta área temática, buscando aplicações específicas de experiências consolidadas ou propostas inovadoras tendentes a melhorar a inserção dos jovens rurais na produção agrícola e no mercado de trabalho rural. Em cumprimento destas metas, apresentaram-se e discutiram-se experiências das instituições participantes e se organizou uma oficina de trabalho em três grupos que definiram uma proposta de projeto de investigação/ação e analisaram as discussões e experiências ocorridas durante o seminário.

Em termos gerais, se conclui que existem esforços institucionais tanto do setor público como do privado que buscam potencializar as novas gerações para inserir os jovens rurais em atividades produtivas que lhes permitam manter e planejar seu desenvolvimento no setor rural. Não obstante, a partir das experiências apresentadas e discutidas no seminário/oficina e das visitas de campo realizadas no mesmo evento detectaram-se vários fatores limitantes para esses esforços. Estas limitações são de ordem social, econômica e de políticas que têm efeitos diretos sobre as atividades econômicas a que puderam ter acesso os jovens rurais. Os fatores limitantes discutidos são os seguintes:

- a) O marco político dos países da região impulsiona um ajuste estrutural que tem como elemento comum a redução do Estado e a retirada gradual do apoio a processos produtivos vinculados ao setor rural. Como consequência deste modelo organizacional, acentua-se o desamparo da pequena produção, limitando suas possibilidades de competitividade e inserção na economia de mercado. Estas condições reprimem, por sua vez, as possibilidades dos jovens rurais de desenvolver atividades produtivas próprias e independentes.
- b) As instituições que apóiam as organizações e atividades dos jovens rurais carecem de dois componentes muito importantes: credibilidade entre os usuários principais de seus serviços e recursos econômicos significativos para impulsionar programas e cobertura relevantes. A falta de continuidade de alguns programas e a disparidade na destinação dos recursos aparecem, entre outros, como as principais causas que distorcem a imagem das instituições e da eficiência dos programas que se empreendam.
- c) Detecta-se repetidamente uma estrutura programática nas instituições públicas e privadas que interpreta as condições e necessidades dos jovens rurais enquanto representam o futuro e as gerações de relevo mas não se enfatiza seu papel e suas necessidades presentes, que são causas principais para abandonarem as zonas rurais e para verem frustradas as aspirações de estabelecerem capacidades próprias de auto-emprego ou de inserção nos sistemas econômicos das áreas rurais.
- d) O sistema educativo formal que se oferece, geralmente, em áreas rurais, não contém uma formação técnica para que os jovens adquiram e potencializem capacidades humanas que lhes facilitem exercer funções competitivas e vantajosas na área rural. A destinação da produção e os micronegócios rurais como componentes essenciais de formação básica que se oferece em zonas rurais faz o sistema educativo pouco funcional para as necessidades imediatas dos jovens que completem o ciclo educativo básico e que enfrentam decisões e escolhas sobre atividades produtivas que determinam, freqüentemente, seu tipo de vida e sua localização física.
- e) Existem evidentes deficiências na organização dos jovens, ocasionadas pela falta de incentivos, a ausência de atividades aglutinantes, o pouco interesse dos mesmos jovens e a inexistência de instituições e programas catalisadores desse potencial humano.
- f) As políticas setoriais de apoio e promoção dos jovens rurais não são explícitas ou não estão claramente definidas, de maneira que se traduzem em programas e atividades institucionais. Este fato dificulta a operatividade dos programas de governo e, em nenhum caso, apóia decididamente os programas nas ONGs e outras entidades privadas.

g) Não há uma clara definição nem um processo operativo que permita aos jovens rurais ter acesso a recursos produtivos e serviços de infra-estrutura de produção. O crédito, as alternativas de produção de alta rentabilidade, o acesso a mercados, a possibilidade de aproximar-se de instâncias de processamento e transformação de produtos, o acesso a terras próprias e o posicionamento direto de outros serviços estão fora do alcance dos jovens rurais, em termos gerais.

Da discussão e da análise dos pontos anteriores, tiraram-se algumas conclusões que se reúnem em continuação.

1. Aproximar-se e influir nas instâncias e centros de decisão, buscando identificar e assegurar o espaço de ação e o peso programático das instituições de serviços e promoção do setor rural, com o fim de incluir, fortificar e promover a organização e programas de ações com jovens rurais. Estes programas de desenvolvimento devem considerar as condições, as necessidades e o potencial real dos jovens, trabalhando num esquema participativo e de muita flexibilidade.
2. Adequar os programas educativos para que incluam, ofereçam e proporcionem uma formação técnica, produtiva e de gestão aos jovens rurais, que lhes permita inserir-se tanto no setor produtivo ou rural direto como nas atividades de apoio à produção agrícola, evitando a exploração do trabalho. Estes mesmos princípios assim como a especialização operativa devem estender-se às ações de formação e capacitação informal que chegam a zonas rurais. É também importante reconhecer que o padrão conhecido de desenvolvimento dos países implicou a diminuição da população rural e um aumento na produtividade da mão-de-obra. Por esta razão, é pertinente pensar num sistema educativo que, sem incentivar a migração rural-urbana, prepare uma proporção da população, para integrar-se produtivamente em atividades distintas da produção agropecuária, preferivelmente localizadas em áreas rurais.

Outro aspecto a ressaltar é o caráter de inovação e aporte à diversificação produtiva que deverá contemplar as iniciativas e projetos produtivos a apoiar, ao mesmo tempo que contemplar maior valor agregado à produção primária.

Por sua vez, deve responder a uma necessária capacitação em gestão, manejo na produção e na comercialização, procurar a maior auto-organização dos jovens rurais participantes, não reproduzindo mecanismos paternalistas muitas vezes observados. Por isto se torna necessária uma sensibilização e formação permanentes.

3. Definir e encontrar mecanismos que propendam e operativem a união e o trabalho conjunto de instituições públicas e privadas que executem programas

com a juventude rural, para que nas ações e programas sejam difundidos entre seus usuários potenciais e se convertam em elementos de sensibilização nos níveis decisórios do governo e da sociedade civil.

4. Desenvolver programas e planos que dêem acesso aos jovens rurais aos meios e serviços para a produção. Entre outros mecanismos, criar um fundo de garantia com fundos públicos e privados que sirva de aval para financiar empreendimentos produtivos rurais, incluídos fundos de investimento em projetos que agreguem valor ou prestem serviços à produção agropecuária.

Deve-se procurar que estes empreendimentos de jovens rurais se desenvolvam com a menor dependência relativa de interesses externos gerando formas de autogestão.

O projeto deve contemplar uma priorização da participação de melhores jovens rurais como beneficiários e protagonistas, já que eles são os que mais cedo e em maior quantidade migram do campo. Por sua vez, o projeto deve hierarquizar as iniciativas dos jovens que suponham ter maior possibilidade de sustentabilidade no tempo. Ao mesmo tempo, o próprio projeto deve prever mecanismos e critérios que assegurem sua continuidade no tempo.

Neste marco, torna-se imperioso que o setor juvenil se ajude em sua reativação na atividade agropecuária, sobre uma base que possibilite sua inserção social e melhor administrado se torne apto como fonte de ingressos econômicos que superem os níveis de subsistência e de pobreza.

5. Manter uma instância de discussão e intercâmbio de experiências que sirva adicionalmente, para sistematizar e difundir os impactos das experiências com resultados exitosos das instituições públicas e privadas dos países da região.

ANEXO 1. LISTA DE PARTICIPANTES

ARGENTINA

Pedro Gustavo Cepeda
CONSELHO CENTRAL
DE JUVENTUDES AGRÁRIAS
Roca, 455 • Rio Colorado e Rio Negro
Fone: (00541)931 23 96
FAX: (00541)313 75 48

Héctor Luis Braidot
CONSELHO CENTRAL
DE JUVENTUDES AGRÁRIAS
Avellaneda, CC10 • Santa Ana - Santa Fé
Fone: (0541)828 13 36
FAX: (0541)824 14 89

BRASIL

Maria Salete X
SEPLAN/PAPP
Rua Gabriel Ferreira, 2336
CEP 64016-040 Teresina - Piauí
Fone: (086)222 79 52

Tiago Pellini
IAPAR
Caixa Postal, 1331
CEP 86001-970 Londrina - Paraná
Fone: (043)326 15 25
FAX: (043)326 78 68

Fukuo Morimoto
EMATER/PARANÁ
Rua Bandeira, 171
CEP 80035-270 Curitiba - Paraná
Fone: (041)352 16 16
FAX: (041)352 16 98

Neirson Goulart
COTREFAL/Paraná
Av. Brasília, 1220
Medianeira
CEP 81020-010 - Curitiba - Paraná
Fone: (045)264 14 17
FAX: (045)264 12 11

Edi Sandro Volpato
CASA FAMILIAR RURAL
L. Campinas
CEP 85700-000 - Barracão/Paraná
Fone: (049)844 12 15

Angelo E. Zeni
FETAG/RS
Rua Voluntários da Pátria, 595/12ª
CEP 90030-003 - Porto Alegre - Rio Grande
do Sul
Fone: (051)228 48 66
FAX: (051)228 48 37

Ataf M. Wermann
EMATER/RS
Rua Pinheiro Machado, 306 -Caixa Postal 61
CEP 95880-000 - Estrela/RS
Fone/FAX: (051)712 26 11

Nilo Hern Korte
Rua Pinheiro Machado, 306 - Caixa Postal 61
CEP 95880-000 - Estrela/RS
Fone/FAX: (051)712 26 11

Nélcia Pinto
FUNDAJUR
Rua Botafogo, 1051
CEP 90150-053 - Porto Alegre/RS
Fone: (051)233 31 44
FAX: (051)233 95 98

José Romualdo Ferreira
EMATER/RS
Rua Zeca Neto, 1347
CEP 96180-000 - Camaquã/RS
Fone: (051)671 29 40

Alberto Lunardi
EMATER/RS
Rua João Macagnan, 262
CEP 95950-000 - Nova Bréscia/RS
Fone: (051)757 11 08
FAX: (051)757 11 60

Cecilia Pickler
EMATER/RS
Rua Botafogo, 1051/4º andar
Caixa Postal 2727
CEP 90150-053 - Porto Alegre/RS
Fone: (051)233 31 44
FAX: (051)233 95 98

Doracl Tavares
EMATER/RS
Rua Botafogo, 1051/4º andar
CEP 90150-053 - Porto Alegre/RS
Fone: (051)233 31 44
FAX: (051)233 95 98

Paulo Teixeira
EMATER/RS
Rua Monsenhor Scalabrini, 1047
CEP 95960-000 Encantado/RS
Fone: (051)751 17 07

Miguel Carriquiri
IICA
SHIS, QI05, Conj. 09, CL
CEP 71615-090 Brasília/DF
Fone: (061)248 54 77
FAX: (061)248 58 07

Roberto González Gómez
IICA
SHIS, QI05, Conj. 09, CL
CEP 71615-090 Brasília/DF
Fone: (061)248 54 77
FAX: (061)248 58 07

CHILE

Germán Escobar
IICA
Casilla, 224 - Correo 34
Santiago - Chile
Fone: (00562)212 72 70
FAX: (00562)201 14 15

Alejandro Latorre
INDAP
Teatinos, 40 • Santiago - Chile
Fone: (0562)695 89 79
FAX: (0562)672 39 97

José Ignacio Gomez
INDAP - Teatinos, 40
Santiago - Chile
Fone: (00562)695 89 79
FAX: (00562)672 39 97

John Durston
CEPAL - Casilla, 179-D
Santiago - Chile
Fone: (00562)210 25 27
FAX: (00572)367 33 77

COLÔMBIA

Libardo Ochoa Garcia
FUNDAÇÃO CARVAJAL
Ave Zona Norte, 2-22
Cali - Chile ???????

PARAGUAI

Aurelio Ortega Flecha
MINISTÉRIO AGRICULTURA E PECUÁRIA
San Lorenzo
Assunção - Paraguai
Fone: (50037)758 58 93
FAX: (5003)770 51 85

Luiz Alberto Caputo
BASE - INVESTIGAÇÕES SOCIAIS
Milano, 731 - CC 2817
Assunção - Paraguai
Fone: (005952)144 78 34
FAX: (005952)149 83 06

PORTUGAL

Lino Afonso
AJAP
Apartado, 282-8000
Faro/Portugal
Fone: (089)81 60 73
FAX: (003511)395 03 34

REPÚBLICA DOMINICANA

Miguel Moreno

FUNDEJUR

Zona Universitária

República Dominicana

Fone: (0908)685 70 57

FAX: (001809)686 72 08

URUGUAI

Alvaro Liambias

JUNAGRA

J. E. Rodó, 348

Canelones - Uruguai

Fone: (00598)332 49 36

FAX: (00598)332 26 25

Hugo Daniel Espíndola

REJUR - RED JUVENTUD RURAL

DEL CONOSUR

Maldonado, 1260

Montevideo - Uruguai

Fone: (00598)293 00 29

FAX: (00598)292 73 00

Nelso Lemos

FORO JUVENIL

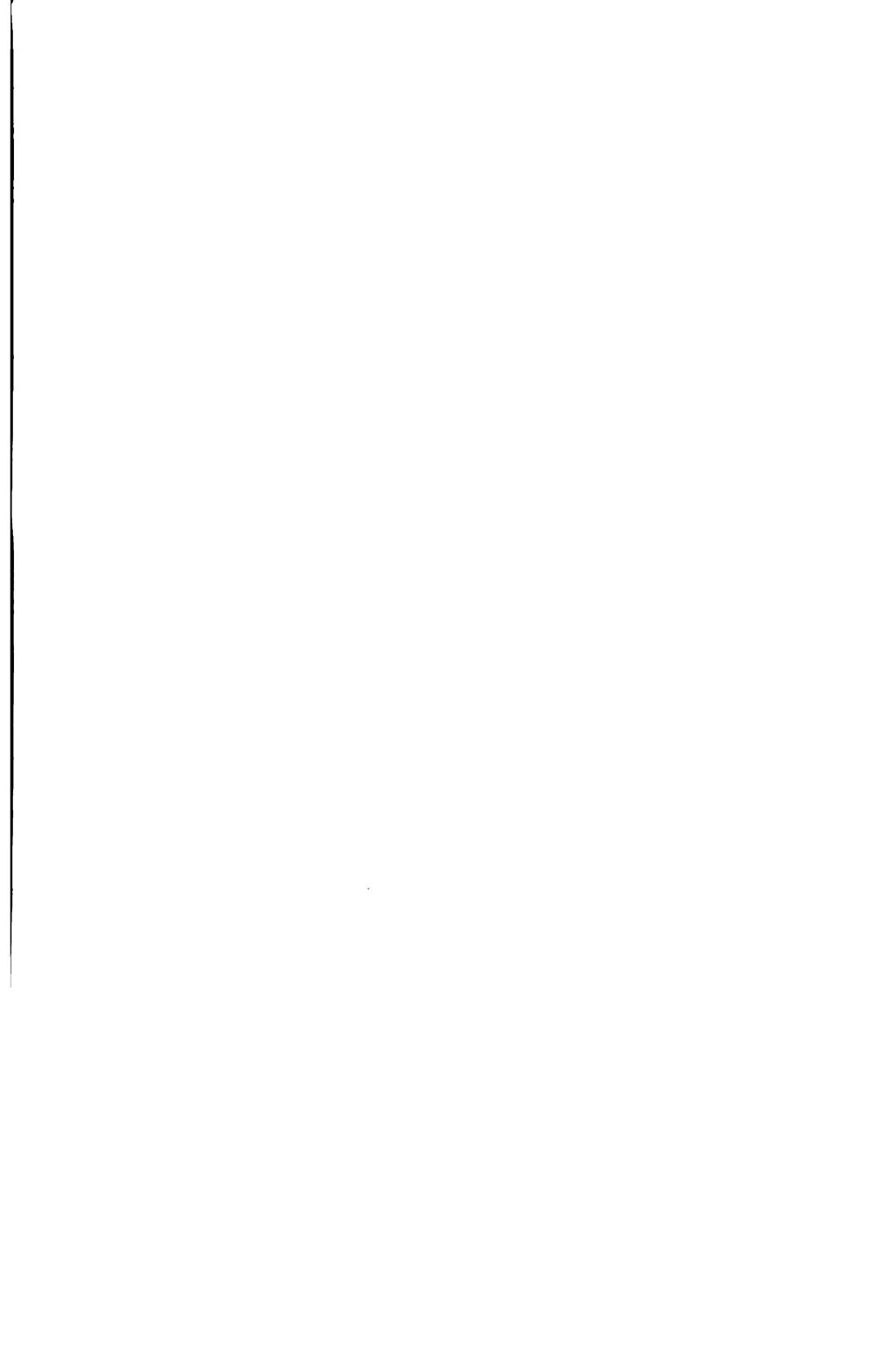
Programa Juventude Rural

Maldonado, 1260

Montevideo - Uruguai

Fone: (00598)293 00 29

FAX: (00598)292 73 00



FECHA DE DEVOLUCION

15 MAR. 1997

IICA/PRRET-
A4/CL-95-01

Autor

Título Juventude e desenvolvimento
rural no cone sul Latinoamericano

Fecha
Devolución

Nombre del solicitante

15 MAR. 1997

A. Bani

